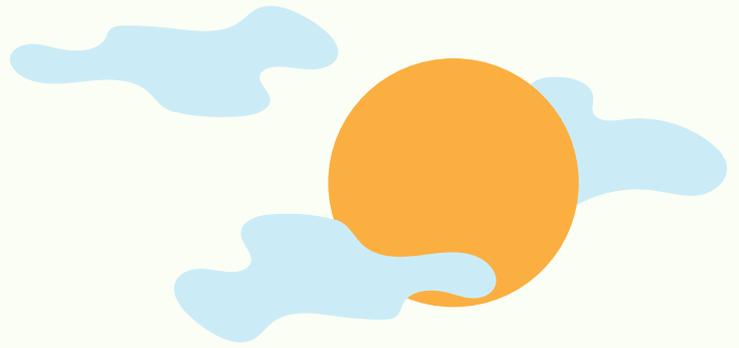
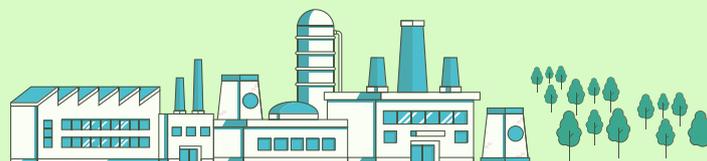




Agência das Bacias PCJ



Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ 2022



O relatório

A quinta edição do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ foi produzida com base nas Normas GRI Standards. O conteúdo de cada capítulo apresenta os aspectos mais relevantes para direcionar a gestão e a comunicação da Agência das Bacias PCJ, considerando o contexto e os impactos de cada tema material.

Indicadores GRI correspondentes a cada conteúdo estão apontados em todo o documento (exemplo: GRI 2-16). Os textos também apresentam links como referência e/ou sugestões para aprofundamento de informações (GRI 2-2, 203).



GRI

A Global Reporting Initiative é uma organização *multistakeholder*, que orienta empresas e instituições sobre gestão e relato de práticas sustentáveis.



Indicadores GRI

Estão estruturados em normas econômicas, ambientais, sociais e de governança, permitindo mensurar o desempenho da organização relatora em todas as dimensões.



Saiba mais

Materialidade

Um estudo realizado em 2018 identificou os temas considerados relevantes para a Agência das Bacias PCJ. Em 2021, a materialidade foi revisada, com alteração da nomenclatura de um tema material (o tema “Ética e integridade” substituiu o tema “Anticorrupção”, por refletir com mais abrangência o conceito relacionado à gestão, atuação e prestação de contas transparente) e, desde então, se mantém no documento aqui reportado, inspirado nos Princípios de Relato da GRI.

Essas diretrizes orientam as organizações para garantir a qualidade e a apresentação adequada das informações relatadas. Um conteúdo de alta qualidade permite que os usuários de informações façam avaliações e tomem decisões embasadas sobre os impactos da organização e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável (GRI 2-14, 3-1, 3-2).

Revisão das Normas GRI

As Normas GRI 2021 foram revisadas pelo órgão independente de definição de normas da GRI, o Global Sustainability Standards Board (GSSB) e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023. Entre os motivos da revisão estão a integração de conceitos de responsabilidade empresarial para atender às expectativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras partes interessadas. Este relatório, portanto, contempla os indicadores GRI revisados.

Etapa 1



Identificação

Análise de fontes secundárias (documentos internos, diretrizes estratégicas, estudos, outros relatórios publicados, avaliações setoriais, entre outras) e entrevistas com os diretores da Agência das Bacias PCJ para levantamento da lista de temas considerados mais relevantes para a instituição.

Etapa 2



Priorização

Priorização dos temas mapeados pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional, a partir da análise de cada tema e seus impactos.

Etapa 3



Validação

Aprovação da lista de temas materiais pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional e Diretoria da Agência das Bacias PCJ, culminando em 12 temas materiais.

Etapa 4



Revisão

Nova análise de fontes secundárias considerando os contextos de cenário interno e externo no ano de 2021, resultando na adaptação de três temas materiais.

Temas materiais



Desempenho econômico



Impactos econômicos indiretos



Práticas de compras



Ética e integridade



Biodiversidade



Emprego



Treinamento e educação



Comunidades locais



Materiais



Água



Políticas públicas



Efluentes e resíduos

Informações institucionais

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piraicaba, Capivari e Jundiá – AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ¹

Diretor-presidente: Sergio Razera

Diretor Administrativo e Financeiro: Ivens de Oliveira

Diretora Técnica: Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Assessor de Comunicação: Everton Campos Quiararia

Coordenador Administrativo: Eduardo Massuh Cury

Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos: Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenador Financeiro: Tony Douglas Segatto

Coordenadora de Gestão: Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenadora de Projetos: Elaine Franco de Campos

Coordenador de Sistema de Informações: Eduardo Cuoco Léo

Analista Administrativa: Laís Maria Spinelli

Analista Técnico: Leonardo Lucas Baumgratz

Auxiliar Técnico: Fabio de Faria Coca

Colaboradores terceirizados

Aline Daiane Briques

Aline de Fátima Rocha

Meneses Moura

Allan Patrick Campos do Carmo

Ana Beatriz Sepulveda de Oliveira

Ana Paula de Oliveira Fischer

Bruna Eveline Domingos Petri

Charles Diego da Costa

Charles Piedade de Oliveira

Danilo Carlos Ferreira Costa

Diogo Bernardo Pedrozo

Douglas Brunelli

Felipe Gonzaga Nunes Ferreira

Felipe Loschiavo Requena

Gabriela Durrer Lopes Giusti

Jairo Batanero Campos

Jéssica Brito de Souza

Kaique Duarte Barretto

Karla Romão

Kátia Maria Sampaio Cezarino

Laura Silvestrini Canola

Lilian Roberta Pereira Cruz

Lívia Maria Ongaro Modolo

Luiz Paulo Baptista Colassio

Marcelo Augusto Ávila

Maria Carolina Moraes

Coelho Moura

Mariane Rodrigues Amuy

Marina Peres Barbosa

Mateus de Oliveira Ismael

Mateus Magro Maroun

Pablo Cordeiro Vaccari

Rebeca Cristine Ferreira da Silva

Roberta Ribeiro Dalfré

Estrella Camargo

Sueli de Fátima Ferro de Oliveira

Stephanie Christie Plats de Almeida

Tainá Moura

Tatianna Cury Abe

Thamiris Caroline Rodrigues Cardoso

Tiago Valentim Georgette

Thiago Manzi Nascimento

Estagiários

Arthur Minoti de Sousa

Bianca Caroline Alves Leite

Gabriel Sobreira Gomes da Silva

Giann Augusto Antunes de Oliveira

Larissa Lucianetti Oliveira

Maria Manoela Ferreira da

Fonseca Bicheiro

Rute Michele Geraldo

Suzana Geraldo Daharem

Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência das Bacias PCJ – gestão 2021/2023

Conselho Deliberativo

Paulo Roberto S. Tinel [Presidente]

Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE

Ademir Cleto de Oliveira

Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo

André Luiz Sanchez Navarro

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

Ariella Machado de Oliveira Montebello

Prefeitura de Saltinho

Célia Maria C. Moraes

Prefeitura de Santa Bárbara D' Oeste

Flávio Mokoto Hashimoto

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Francisco Antônio Moschini

Instituto de Estudos Vale do Tiete (INEVAT)

Francisco Carlos Castro Lahóz

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)

Giovane Henrique Genezelli

Prefeitura de São Pedro

Maurício André Marques de Oliveira

Prefeitura de Piracicaba

Raphael Rodrigues Ferreira

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

Simone Fernanda Zambuzi

Prefeitura de Limeira

Martim de França Silveira Ribeiro

Prefeitura de Jundiá

Miguel Madalena Milinski

Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR)

Petrus Bartholomeus Weel

Prefeitura de Holambra

Conselho Fiscal

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro [Presidente]

Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo

André Elia Neto

União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

Henrique Bellinaso

Secretaria de Estado de São Paulo da Agricultura e Abastecimento

Hélio Rubens G. Figueiredo

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)

João Primo Baraldi

Sindicato Rural de Rio Claro

Jonas Vitti

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – DR Limeira)

Laura Stela Naliato Perez

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi [Vice-presidente]

Rotary Internacional – D4590

Mateus Bento Batista Arante

Prefeitura de Louveira

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá COMITÊS PCJ²

Composição da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ FEDERAL e CBH PCJ gestão 2021/2023 CBHPJ1 gestão 2020/2023

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ-FEDERAL

Luciano Santos Tavares de Almeida – Prefeito Municipal de Piracicaba/SP

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-Presidente do PCJ-FEDERAL

Sidney José da Rosa – Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ-FEDERAL

Marco Antônio dos Santos- Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE

Vice-Presidente do CBH-PJ1

David Figueiredo Barros do Prado – Melhoramentos Florestal

3º Vice-Presidente do PCJ-FEDERAL

Roseli dos Santos Souza – Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional (SNSH/MDR)

Secretário Executivo do CBH-PCJ e do PCJ-FEDERAL

André Luiz Sanchez Navarro – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Secretário Executivo do CBH-PJ1

Damião Aparecido do Couto – Prefeitura Municipal de Toledo/MG

Secretária Executiva-Adjunta do CBH-PCJ

Caroline Túbero Bacchin – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Secretário Executivo-Adjunto do CBH-PJ1

Rodrigo Alves de Oliveira – Prefeitura de Camanducaia

²Mandato do CBH-PJ1 prorrogado segundo a Deliberação Normativa CERH nº 75/2022 (06/04/2022)

Expediente

Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional: Aline de Fátima Rocha Meneses Moura, Eduardo Cuoco Léo, Gabriela Durrer Lopes Giusti, Ivens de Oliveira, Kátia Rossi Gotardi Piccin, Larissa Lucianetti Oliveira, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi e Stephanie Christie Plats de Almeida.

Consultoria, redação, edição e projeto gráfico: BH Press Comunicação • Renata Taffarello, redação • Lilian Ribas, consultoria GRI e edição • Bruno Andrade, projeto gráfico e diagramação

Imagens: Acervo Agência das Bacias PCJ

Contrato Fundação Agência das Bacias PCJ nº 036/2022

Ficha Catalográfica

Catálogo na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá Relatório institucional da Agência das Bacias PCJ – GRI 2022 / Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. – – Piracicaba, 2022.
v.5

1. Bacias hidrográficas 2. Recursos hídricos 3. Rio Capivari 4. Rio Jundiá 5. Rio Piracicaba I.
Título
CDD 551.483
F981r

Mensagem do Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ

Ainda que tenha havido um grande número de encontros virtuais, 2022 foi um ano de retomada, de voltar a campo e dar continuidade à execução as iniciativas, especialmente dos projetos contínuos, como os projetos de macrodrenagem e de saneamento, tão importantes para as Bacias PCJ. Ações mais diretamente relacionadas à gestão, como monitoramentos, suporte operacional e questões ligadas à proteção de mananciais, que são as nossas grandes frentes de trabalho, precisaram ser retomadas para atingir nossas metas de contrato.

Também aceleramos o ritmo de algumas das licitações que haviam sido comprometidas por conta das mudanças no planejamento e na forma de trabalhar em função da pandemia da Covid-19. Posso dizer que, hoje, já estamos em velocidade “de cruzeiro”.



Sergio Razera
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ

O papel da Agência das Bacias PCJ, junto com os Comitês PCJ, tem sido bastante focado na promoção da comunicação para a conscientização, já que a responsabilidade pelo uso consciente da água é compartilhada com toda a sociedade.

A implantação de um programa voltado ao financiamento reembolsável e a revisão dos valores das cobranças pelo uso dos recursos hídricos não ocorreram em 2022. Uma iniciativa necessariamente está relacionada com a outra, como previsto no Plano de Bacias, mas para 2023, já há mobilização para que ocorram discussões sobre essas ações. Outro tema, porém, teve desdobramento que nos causou grande alívio: o retorno dos recursos advindos da Sabesp, cujo pagamento estava sendo depositado em juízo desde 2019, que impulsionou o ritmo da retomada das nossas atividades.

É preciso enfatizar que, em todos os desafios de sustentabilidade financeira pelo qual passamos, por causa da pandemia, pudemos contar com todo o apoio dos Comitês PCJ de nossos Conselhos Deliberativo e Fiscal, com a compreensão sobre a redução do ritmo no desembolso e no próprio atingimento das ações. Não foi um fato isolado aqui na Agência das Bacias PCJ.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, no entanto, as discussões e debates ocorreram com intensidade no período, com bom desempenho de nossas áreas no planejamento e execução das ações relacionadas. Na seara social, não foi diferente. Registramos muitos avanços nas iniciativas do Programa A3P, com destaque para as capacitações e as ações voltadas à qualidade de vida.

A estiagem é um problema que nos desafia a cada ano e vai estar sempre na pauta dos Comitês PCJ. O papel da Agência das Bacias PCJ, junto com os Comitês PCJ, tem sido bastante focado na promoção da comunicação para a conscientização, já que a responsabilidade pelo uso consciente da água é compartilhada com toda a sociedade. Obviamente o planejamento da região e as ações que estão sendo executadas são fundamentais – a exemplo das barragens de Pedreira e Amparo – para ajudar a amenizar os problemas e reduzir os riscos. Mas é preciso avançar na conscientização e no uso cada vez mais inteligente desse recurso tão precioso que é a água.

Vamos continuar a buscar executar ações e a buscar soluções para um dos grandes desafios recorrentes, que é reservar a água. Fazer o solo funcionar como um grande reservatório é uma delas e isso já é realidade, com a Política de Proteção dos Mananciais. Precisamos, no entanto, ampliar as políticas públicas voltadas à reservação e o debate sobre o uso da água. Associado ao sistema de informações – sobre qualidade e quantidade – isso torna possível planejar, executar e verificar resultados. Um ciclo perfeito para o desenvolvimento sustentável na região.

Renovo aqui minhas esperanças no financiamento reembolsável, um importante debate que está por vir e que, quando concretizado, irá representar um degrau à frente na gestão de recursos hídricos e um grande legado para a Agência das Bacias PCJ (GRI 2-22).

Mensagem do Presidente dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ- Federal)

Quando falamos sobre água, temos que pensar em várias coisas, mas, principalmente, em produção, reservação e qualidade, que são fatores fundamentais. A atuação integrada entre os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ tem proporcionado discussões importantes na construção de diretrizes para as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos da nossa região. A ação da agência materializa as decisões dos comitês, permitindo enfrentar os desafios cotidianos que a realidade hídrica da região nos apresenta.

A estiagem vivenciada em 2021 e 2022 evidenciou claramente que devemos envidar cada vez mais esforços em ações e projetos voltados a garantir a segurança hídrica em nossa região, visando prevenir os impactos dos eventos extremos. Nesse sentido, a atuação da Agência das Bacias PCJ no suporte às atividades das Operações de Estiagem PCJ, coordenadas pelo GT-Estiagem dos Comitês PCJ, tem sido fundamental.

Outro constante desafio é a mobilização de atores e instituições para o atendimento às metas previstas no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035. Ao longo de 2022, foram realizadas reuniões com diversos atores-chave, como representantes de municípios, Ministério Público, órgãos outorgantes e licenciadores e agências reguladoras para discutir estratégias voltadas a internalizar necessidades de melhoria no tratamento de efluentes e diminuir perdas hídricas em suas rotinas operacionais.

São muitas as frentes de trabalho que envolvem a gestão dos recursos hídricos em direção ao desenvolvimento sustentável das Bacias PCJ e, com o suporte da Agência das Bacias PCJ, continuaremos a trabalhar sempre para que as decisões dos Comitês PCJ resultem em impactos positivos na qualidade e quantidade de água para o território.



Luciano Almeida, Presidente do CBH-PCJ (Comitê Paulista) e do PCJ-FEDERAL (Comitê Federal)



Quem somos

A Agência das Bacias PCJ

Criada e instalada segundo as Leis Estaduais (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98, a Fundação Agência das Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) exerce o papel de agência de bacias pelo Estado de São Paulo, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRH) nº 5, também conhecida como Bacias PCJ. Pela Lei Federal nº 9.433/97, a Política Nacional de Recursos Hídricos, exerce o papel de Entidade Delegatária com funções de Agência de Água, conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (2021 a 2025).

A Agência das Bacias PCJ faz a gestão financeira dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio do Estado de São Paulo e da União e dos recursos advindos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH).

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº

9.433/97, e tem como objetivo dar ao usuário uma indicação do real valor da água, incentivar o uso racional deste recurso e obter aporte financeiro para recuperação das bacias hidrográficas. Não se trata de um imposto, e sim, da remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

CFURH foi instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, e corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (Fonte: ANEEL, 2022).

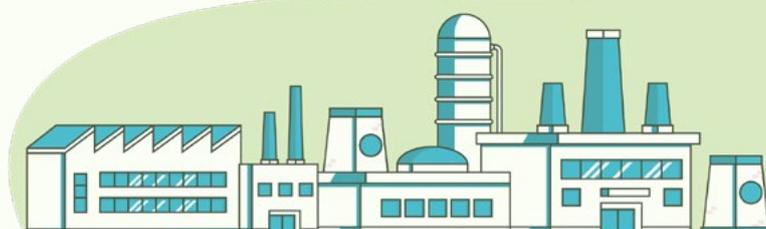
Os recursos arrecadados oriundos das Cobranças PCJ e da CFURH (royalties pagos pelo setor hidrelétrico) são investidos de acordo com as ações pautadas e priorizadas no Plano das Bacias PCJ em vigência e de acordo com as deliberações dos Comitês PCJ (GRI 2-1, 2-6).



Os Comitês PCJ

São colegiados deliberativos e consultivos que promovem a gestão descentralizada e participativa em sua bacia hidrográfica, e compostos por representantes do poder público (federal, estadual e municipal), dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

A instância de tomada de decisões dos Comitês PCJ são os Plenários, que se reúnem de duas a três vezes ao ano para deliberar assuntos relacionados ao gerenciamento dos recursos hídricos. A estruturação em 12 Câmaras Técnicas (CTs) contribui para que todos os setores da sociedade com interesse nas Bacias PCJ estejam representados na gestão.





Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ)

- CBH-PCJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitê Estadual Paulista);
- CBH-PJ1 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (Comitê Estadual Mineiro);
- PCJ FEDERAL – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitê Federal).

Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

- CT-AS: Águas Subterrâneas
- CT-EA: Educação Ambiental
- CT-ID: Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias
- CT-Indústria: Uso e Conservação da Água na Indústria
- CT-MH: Monitoramento Hidrológico
- CT-OL: Outorgas e Licenças
- CT-PB: Plano de Bacias
- CT-PL: Planejamento
- CT-RN: Conservação e Proteção de Recursos Naturais
- CT-Rural: Uso e Conservação da Água no Meio Rural
- CT-S: Saneamento
- CT-SAM: Saúde Ambiental



O que fazemos

Nossas responsabilidades



Fornecer apoio financeiro e administrativo aos planos, programas, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ e constantes do Plano das Bacias PCJ;



Promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos Comitês PCJ;



Apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos;

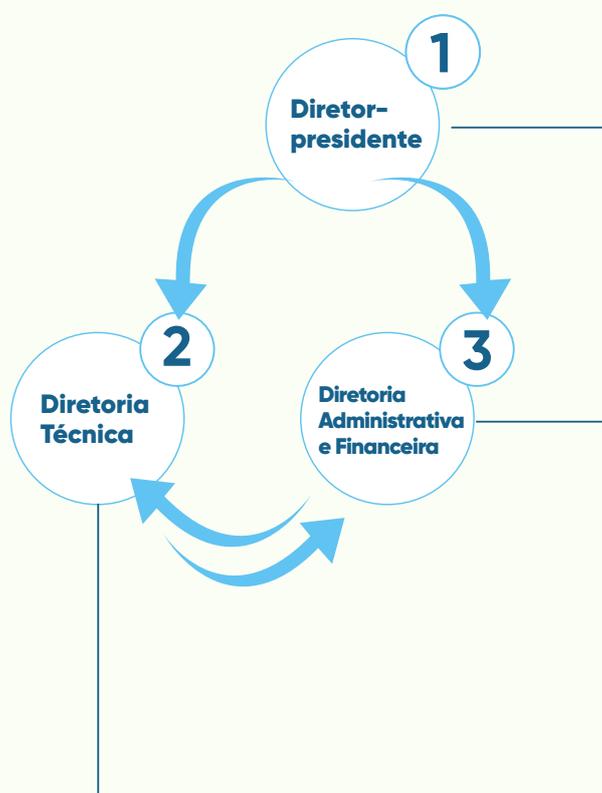


Incentivar a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, municípios, setor produtivo e sociedade civil;



Praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

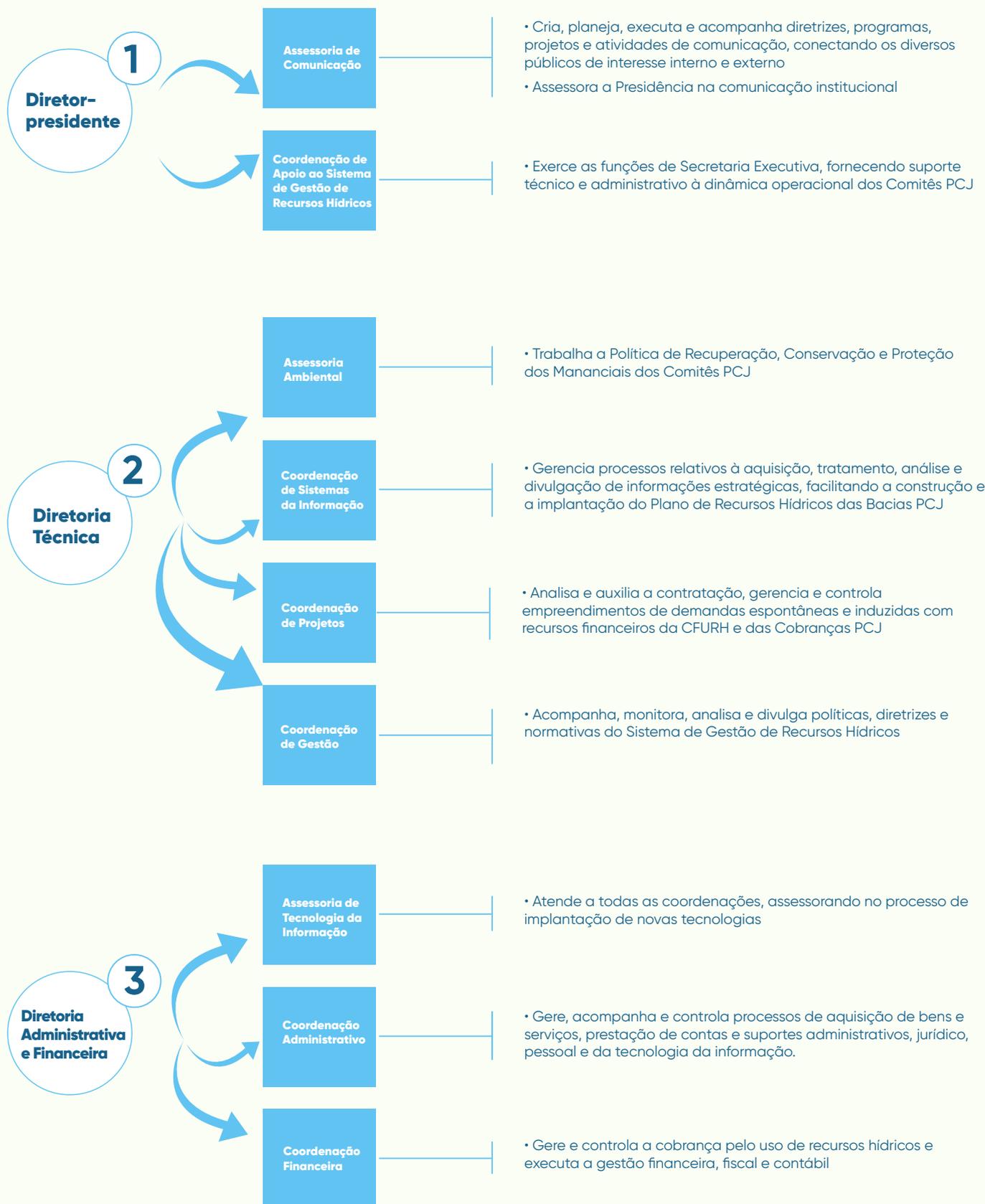
Nossa estrutura



- Representa a Agência das Bacias PCJ em várias instâncias.
- Designa e convoca Diretorias e Conselhos para fóruns, reuniões e casos previstos no Estatuto.
- Pratica atos necessários à administração da instituição.
- Submete relatórios e documentos de prestação de contas à apreciação e aprovação de outras instâncias de governança.
- Assina, junto com o Diretor Administrativo e Financeiro, contratos e atos que impliquem obrigações para a Agência das Bacias PCJ.

- Administra o corpo funcional da Agência das Bacias PCJ e todos os processos inerentes
- Gerencia o sistema de informação da instituição
- Tem responsabilidades de cobrança pela utilização dos recursos hídricos e de administração sobre os recursos financeiros da Agência das Bacias PCJ
- Administra a subconta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), correspondente às Bacias PCJ

- Elabora, em articulação com outros órgãos, o Plano das Bacias PCJ, sendo responsável pela minuta de parecer a ser enviada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Cofehidro) sobre a compatibilidade de obras e serviços com o Plano
- Prepara subsídios, aos Comitês PCJ, relativos às Cobranças PCJ
- Produz relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ
- Monitora dados como o cadastro geral dos usuários, informações sobre qualidade e quantidade
- Acompanha a execução dos contratos de obras e serviços contemplados com os recursos
- Assessora as Câmaras Técnicas e demais grupos criados pelos Comitês PCJ
- Apoia a consolidação dos pedidos de investimentos a serem apreciados pelos Comitês PCJ



Onde estamos

BACIAS PCJ



Fonte: Extraído de Consórcio Profil-Rhama (2020)



5,9 milhões de habitantes.



17% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo¹.

¹Fonte: Plano das Bacias PCJ 2020-2035



76 municípios no total, sendo 71 no Estado de São Paulo e 5 em Minas Gerais.



62 municípios com sede nas áreas de drenagem das Bacias PCJ, sendo 58 na porção paulista e 4 na região mineira.



Dos municípios que têm território na região, **47 estão totalmente inseridos e 29 têm parte do seu território** na região das Bacias PCJ.



Bacia do Rio Piracicaba é a maior da região, em termos de área de drenagem, representando **82%** da área de drenagem total e cerca de **66%** da população residente nas Bacias PCJ.



Esta bacia se subdivide em sete sub-bacias
 Sub-bacia do Rio Atibaia,
 Sub-bacia do Rio Camanducaia,
 Sub-bacia do Rio Corumbataí,
 Sub-bacia do Rio Jaguari,
 Sub-bacia do Rio Piracicaba,
 Sub-bacia do Rio Capivari e
 Sub-bacia do Rio Jundiá.

Sustentabilidade corporativa

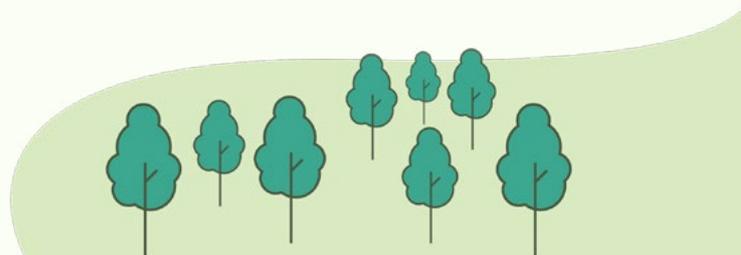
Geração de valor

Em um território onde é preciso garantir o abastecimento de água para 5,9 milhões de pessoas, como é o das Bacias PCJ, a gestão dos recursos financeiros realizado pela Agência das Bacias PCJ, orientada para os impactos ambientais, sociais, econômicos e de governança está diretamente relacionada à geração de valor. Os recursos financeiros arrecadados por meio das Cobranças PCJ retorna às Bacias PCJ como ações, estudos, projetos e obras que beneficiam o próprio território.

Para contribuir com a geração de valor, é preciso que processos técnicos e administrativos da Agência das Bacias PCJ sejam orientados pela sustentabilidade. Iniciativas como o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao qual a entidade aderiu em 2018, e as ações implantadas no período, contribuem para a evolução da sustentabilidade corporativa na Agência das Bacias PCJ. (GRI 2-23, 2-24)



Saiba mais



COMPROMISSOS PÚBLICOS

Além da A3P, a Agência das Bacias PCJ é signatária voluntariamente de outras iniciativas públicas, reforçando sua ação orientada pela sustentabilidade. Saiba mais em Plano de Gestão Socioambiental, neste capítulo.

A correlação da atuação da Agência das Bacias PCJ com os compromissos públicos está indicada no início de cada capítulo deste relatório. (GRI 2-23)



Pacto Global
Rede Brasil

Pacto Global

A Agência das Bacias PCJ foi a primeira do mundo, em seu segmento, a aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018. A iniciativa mobiliza a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.



Saiba mais



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS, compõem uma agenda mundial (Agenda 2030) que reúne sociedade civil, governos e setor privado a favor das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade. As ações da Agência das Bacias PCJ têm foco, principalmente, no ODS 6, cujo objetivo é “assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”.



Saiba mais

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS + Agência das Bacias PCJ

Até 2022, no contexto corporativo, a Agência das Bacias PCJ aborda de forma efetiva os ODS 2, 6, 8, 12, 15 e 17. Em 2022, por meio do programa de estágio, iniciou-se o projeto “Desvendando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agência das Bacias PCJ” com término previsto para 2023. Trata-se de um processo de revisão, de indicadores e metas dos ODS mapeados pela entidade em 2018. A metodologia utilizada relaciona-se com o *Sustainable Development Goals Compass* (SDG Compass), envolvendo todos os colaboradores de forma direta e com objetivos de se buscar resultados mais efetivos quanto a contribuição corporativa da Agência das Bacias PCJ frente a Agenda 2030.

ODS + Bacias PCJ

Tendo em vista o compromisso com a sustentabilidade e a relevância para a aplicação de recursos financeiros públicos de forma transparente, o Plano de Ações para investimentos apresentado do Plano das Bacias PCJ 2020/2035 foi elaborado com base na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), nos Programas de Duração Continuadas (PDCs), no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP PCJ) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque direto ao ODS 6 e indireto para os ODS 2, 11, 13 e 17.



Plano de Gestão Socioambiental

Dividido em seis eixos temáticos, o Plano de Gestão Socioambiental (PGS) da A3P PCJ orienta os processos e a gestão da sustentabilidade da Agência das Bacias PCJ. O PGS foi elaborado quando a entidade aderiu ao Programa A3P do MMA (2018), porém, devido ao período da pandemia da Covid-19, o PGS foi revisado com a intenção de que as atividades programadas não fossem descontinuadas. As iniciativas são coordenadas por uma Comissão de Acompanhamento e executadas por um Comitê Operacional, com diretrizes para a efetivação do programa, o cumprimento de metas, por meio de ações, conforme estabelecido por indicadores.

A prestação de contas sobre a execução do PGS é feita de forma pública e transparente por meio de relatório de monitoramento, disponível no site da Agência das Bacias PCJ, o qual é base para o preenchimento do sistema RESSOA, sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, disponibilizado pelo MMA aos signatários do Programa A3P. (GRI 2-24, 2-25)



Eixos Temáticos



Uso racional
dos Recursos Naturais
e bens públicos



Gestão Adequada
dos **resíduos**
Gerados



Qualidade de vida
no Ambiente de Trabalho

Compras públicas
sustentáveis



Construções
sustentáveis



Sensibilização e
Capacitação
dos Servidores



Fonte: A3P – Ministério do Meio Ambiente (2022)

Selo de Monitoramento A3P

Em 2022, pelo terceiro ano consecutivo, o Ministério do Meio Ambiente concedeu à Agência das Bacias PCJ o Selo de Monitoramento A3P, como reconhecimento às boas práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade praticadas no ano de 2021.

Ao longo de 2022 os resultados considerados expressivos foram:

- Campanha de Doação de Livros, que resultou em 136 exemplares doados à Biblioteca Municipal de Piracicaba (SP).
- Retomada presencial das sessões de relaxamento após o horário de almoço dos colaboradores.
- Celebração do Dia da Árvore, com a participação de mais de 70% da equipe da Agência das Bacias PCJ.



Saiba mais



Gestão e estratégia

Gestão dos recursos hídricos

A Agência das Bacias PCJ é quem operacionaliza o processo de seleção de empreendimentos a serem executados por Prefeituras Municipais, Concessionárias de Saneamento, dentre outros atores, por meio do repasse de recursos advindos da Cobrança PCJ FEDERAL e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que envolve a Cobrança PCJ Paulista e CFURH.

Cabe à Agência das Bacias PCJ a responsabilidade desde a inscrição até a

indicação dos tomadores que receberão os recursos disponibilizados em cada exercício, além do acompanhamento do andamento do projeto até o seu encerramento. Cabe, também, a execução de ações, estudos, projetos e obras por meio de contratação direta.

As ações executadas no território fazem parte das estratégias estabelecidas pelos Comitês PCJ para o alcance das metas do Plano das Bacias PCJ 2020/2035 (GRI 2-25).



O olhar do stakeholder

O coordenador das Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA), Osman Fernandes da Silva, ressalta que o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos nas Bacias PCJ possui uma estrutura de governança consistente, apesar de complexa, e capaz de endereçar e priorizar temas para avançar de forma harmônica na diversidade dos temas previstos nos Planos de Recursos Hídricos.

“Decerto não é elementar conciliar interesses dos mais variados em um colegiado efetivamente plural, mas é um fator de orgulho perceber que, apesar da diversidade e complexidade desse sistema de gestão, este tem sido capaz de responder aos vários desafios impostos ao longo da implementação dessa política tão atraente quanto desafiadora e que não cessa de desafiar nossas necessidades, sonhos e capacidades.”

Osman Fernandes

Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ 2022–2025

Em 2022, começou a ser executado o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ para o horizonte até 2025, baseado na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC). O Mapa Estratégico dos Comitês PCJ apresenta os desafios da instituição para o período de 2022 a 2025, cujas perspectivas estratégicas estão organizadas em três dimensões: Sociedade e Usuários; Organização, Estrutura e Processos Internos; e Pessoas, Gestão e Governança.

Perspectivas estratégicas



Sociedade e Usuários

Reconhece a relevância estratégica do envolvimento dos públicos interessados nas tomadas de decisão relacionadas ao uso da água.



Organização, Estrutura e Processos Internos

Indica as práticas para a melhoria contínua relacionadas à organização, à estrutura e aos processos internos em que será necessário centralizar esforços para potencializar seus resultados.



Pessoas, Gestão e Governança

Reflete a importância do capital humano e da eficácia da implementação, de forma participativa, das políticas públicas de gestão de recursos hídricos.

Plano das Bacias PCJ

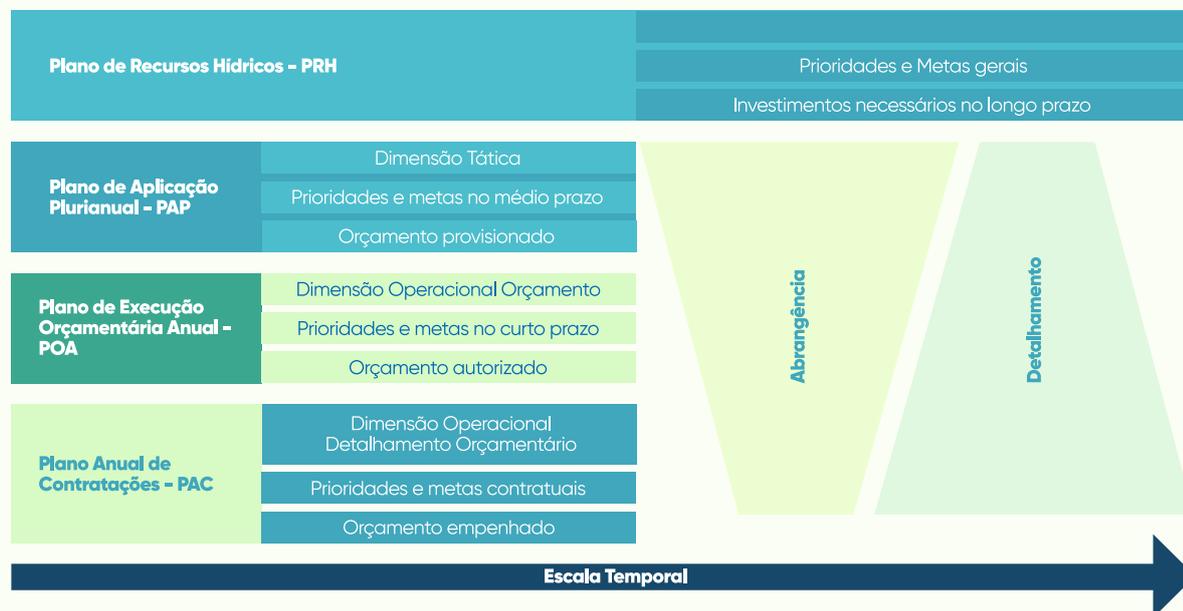
O Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ (Plano das Bacias PCJ) é o instrumento que consolida as informações sobre a situação das Bacias PCJ, estudos de tendências e possibilidades para o futuro dos recursos hídricos da região, simulações de cenários futuros de qualidade e quantidade de recursos hídricos e um plano de ações com metas a serem alcançadas pelos municípios da região, até 2035, visando à sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ.

Um dos maiores desafios para a Agência das Bacias PCJ em 2022 foi a contratação de serviços para ações de temas com características bastante específicas, como as relacionadas a águas subterrâneas. Em casos como este, a atuação das Câmaras Técnicas é fundamental no direcionamento, como os processos de seleção de projetos, que seguiu as prioridades do Plano.

Instrumentos de planejamento

Com metodologia padronizada pela ANA para todas as entidades delegatárias, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) integra programas e subprogramas, deliberados pelos Comitês PCJ, com foco no alcance das metas (físicas e financeiras) do Plano de Bacias, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos referidos programas.

Em 2022, foi submetido a uma ampla revisão, em virtude da liberação dos recursos financeiros da Sabesp, cujo pagamento estava sendo depositado em juízo desde 2019, somando mais de R\$ 20 milhões. No período, o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), instrumento para desembolso dos recursos hídricos das Bacias PCJ, foi aperfeiçoado, e também foi instituído o Plano Anual de Contratações (PAC), que traz o detalhamento orçamentário.



Planejamento estratégico da Agência das Bacias PCJ

As ações do Planejamento Estratégico da Agência das Bacias PCJ avançaram em 2022, chegando a 80% de execução nas suas diferentes perspectivas. Em 2023, uma apresentação sobre a prestação de contas e perspectivas futuras será feita ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ.

O Planejamento Estratégico da Agência das Bacias PCJ traz perspectivas para a atuação da instituição em três frentes: pessoas e infraestrutura, processos internos, e resultados. Para cada perspectiva, há objetivos estratégicos e iniciativas, resultando num total de 34 objetivos estratégicos e 71 ações.

Governança corporativa

Boas práticas

A prestação de contas, a transparência e a responsabilidade corporativa são princípios básicos de Governança Corporativa adotados pela Agência das Bacias PCJ e, para alguns processos internos, são aplicadas as boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Em 2022, teve início a implantação de um sistema de gerenciamento de riscos para os processos de contratação. A iniciativa, que também atende a uma exigência da certificação ISO 9001:2015, contempla o

mapeamento de riscos de natureza de contratação e execução de contratos e a definição de medidas de mitigação para cada uma das categorias.

Foram realizados uma pré-auditoria com recomendações para a gestão de riscos e o mapeamento dos riscos institucionais. O processo continua em 2023 e será fundamental para o atendimento integral à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e deverá ser adotada por todos os entes da administração pública a partir de abril de 2023.

Instâncias de prestação de contas

Além de disponibilizar proativamente informações, por meio do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP), a Agência das Bacias PCJ presta contas em oito diferentes instâncias, com periodicidades que variam de acordo com as regras de cada uma (GRI 2-3, 2-12):

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)
- Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
- Comitês PCJ
- Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ
- Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ
- Auditoria Independente (contratada por meio de processo licitatório)

Estrutura de governança e tomada de decisões

Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal formam a estrutura de governança da Agência das Bacias PCJ. As normas de organização, funcionamento dos órgãos e as atribuições dos dirigentes estão detalhadas no Estatuto da Agência das Bacias PCJ. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são indicados pelas respectivas entidades eleitas, exercendo seus mandatos de forma voluntária, pelo período de dois anos.

A tomada de decisões é feita de forma dinâmica e colaborativa. O processo envolve Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho da Agência das Bacias PCJ, formados por colaboradores, com validação das Diretorias da instituição. (GRI 2-9, 2-10, 2-26)



Formação e atribuições dos órgãos

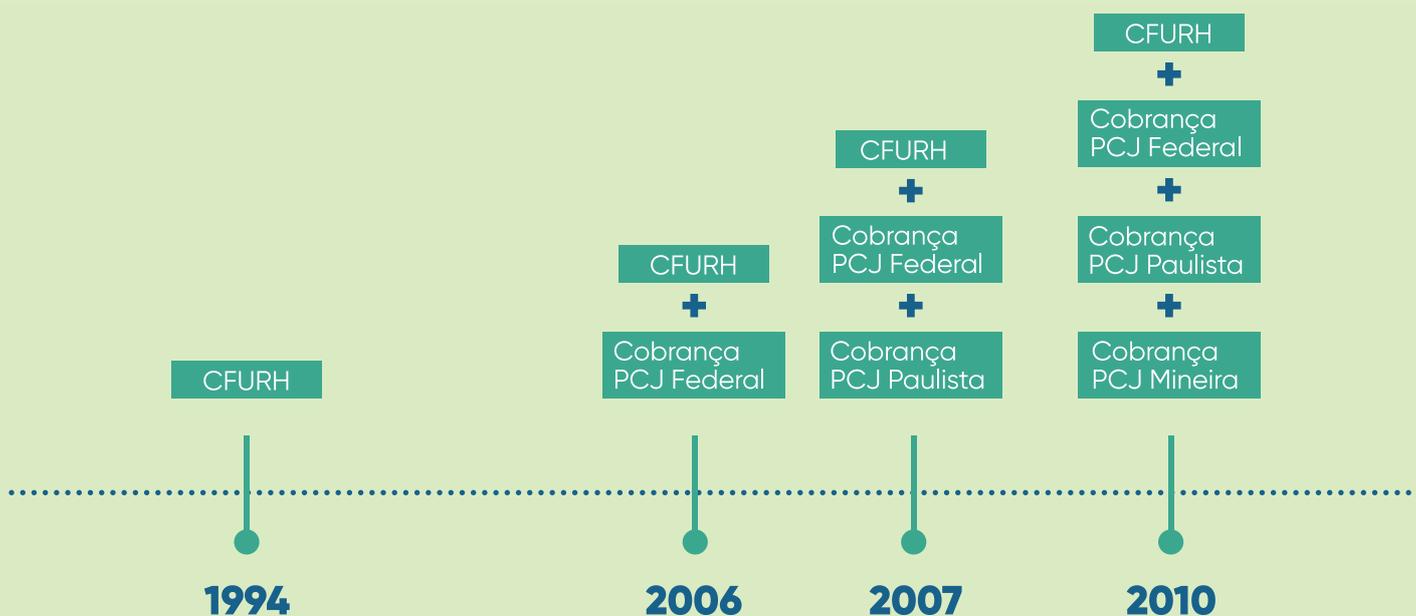
A eleição dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ é realizada a cada dois anos, bem como as indicações para os cargos de Diretoria. Em 2022, teve início o mandato para o biênio 2022-2023.



Desempenho econômico

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Um dos instrumentos da gestão dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos representa a remuneração pelo uso de um bem público: a água. Seus principais objetivos são estimular a utilização racional e sustentável da água, para conter os desperdícios e seu uso indevido, além de financiar investimentos na recuperação e preservação das bacias hidrográficas. Os valores são cobrados de usuários que fazem uso da água para captação, consumo e lançamento de efluentes (GRI 3-3).



Arrecadação e aplicação

A partir de um cálculo que considera os volumes de água captados (água superficial e subterrânea), os volumes de água consumidos, a transposição de bacias e a carga orgânica (DBO, sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançada nos corpos d'água, é estabelecido o valor da cobrança.

Os recursos arrecadados das Cobranças PCJ Paulista e Federal mais a CFURH são destinados a estudos, planos, projetos, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ, sob critérios de seleção e hierarquização essencialmente técnicos e de domínio público.

As iniciativas contratadas devem estar em consonância com o Plano das Bacias PCJ e atender a todos os pré-requisitos legais estabelecidos anualmente pelos Comitês PCJ para a obtenção de tais recursos (GRI 2-2).

Desempenho econômico em 2022

A contribuição da Agência das Bacias PCJ para a geração de riqueza na economia e sua respectiva distribuição para os colaboradores, governo, terceiros, dentre outros stakeholders, pode ser medida pela Demonstração do Valor Adicionado

(DVA).

Em 2022, a DVA da Agência das Bacias PCJ foi de R\$ 3.056.052,28, com incremento de 14,3% na comparação com o exercício de 2021.

Demonstração de valor adicionado (em R\$)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2022
Receita	18.080.896,89
Receitas das atividades (Federal)	15.764.750,60
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	36.023,40
Receitas das atividades (Estadual)	2.183.322,01
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	95.594,11
Receitas das atividades (EcoCuencas)	1.206,77
Outras Receitas	0
Recursos públicos contabilizados como Receitas	0
Insumos adquiridos de terceiros	-15.658.402,38
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-70.747,04
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-166.206,07
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	-3.042,00
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-72.280,87
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-14.610.533,97
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	0
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-645.320,16
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	-90.272,27
(-) Outros custos e despesas operacionais (EcoCuencas)	0
Valor Adicionado Bruto	2.422.494,51



O olhar do stakeholder

Para o consultor ambiental e de Recursos Hídricos da UNICA - União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil, André Elia Neto, o caminho para disponibilização de mais recursos para o sistema e consequentemente para o custeio das próprias Agências de Bacias é a implantação do financiamento retornável, o que, em sua opinião, levará o montante anual para atender o Plano de Bacias a um nível cada vez maior, sem pressionar demasiadamente o usuário pagador.

"As Agências de Bacias são instâncias imprescindíveis para agilizar a execução dos projetos do Plano de Bacia do respectivo Comitê. Devem ser profissionais e muito transparente na disponibilização dos recursos, como de fato são, uma vez que estão sujeitas a fiscalização não só do Comitê de Bacias, como de vários órgãos de controle externo, pela sua constituição de Fundação, atendendo, assim, às diretrizes de agentes públicos."

André Elia Neto

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2022
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-32.281,35
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-36.023,40
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	2.354.189,76
Receitas Financeiras (Estadual)	701.862,52
Doações recebidas	0
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0
Outras	0
Total do Valor Adicionado	3.056.052,28
Destinação do valor adicionado	***
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	949.706,37
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	861.921,29
Participação dos empregados	0
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	40.786,11
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	521.998,85
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	2.171,84
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	588,77
Capital de terceiros	***
Despesas financeiras (Estadual)	57.235,32
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	3.150,00
Despesas financeiras (EcoCuencas)	618
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	57.653,76
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	223.295,88
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	336.926,09
Total do Valor Destinado	3.056.052,28

Mais integração no sistema de cadastro da Cobrança PCJ Paulista

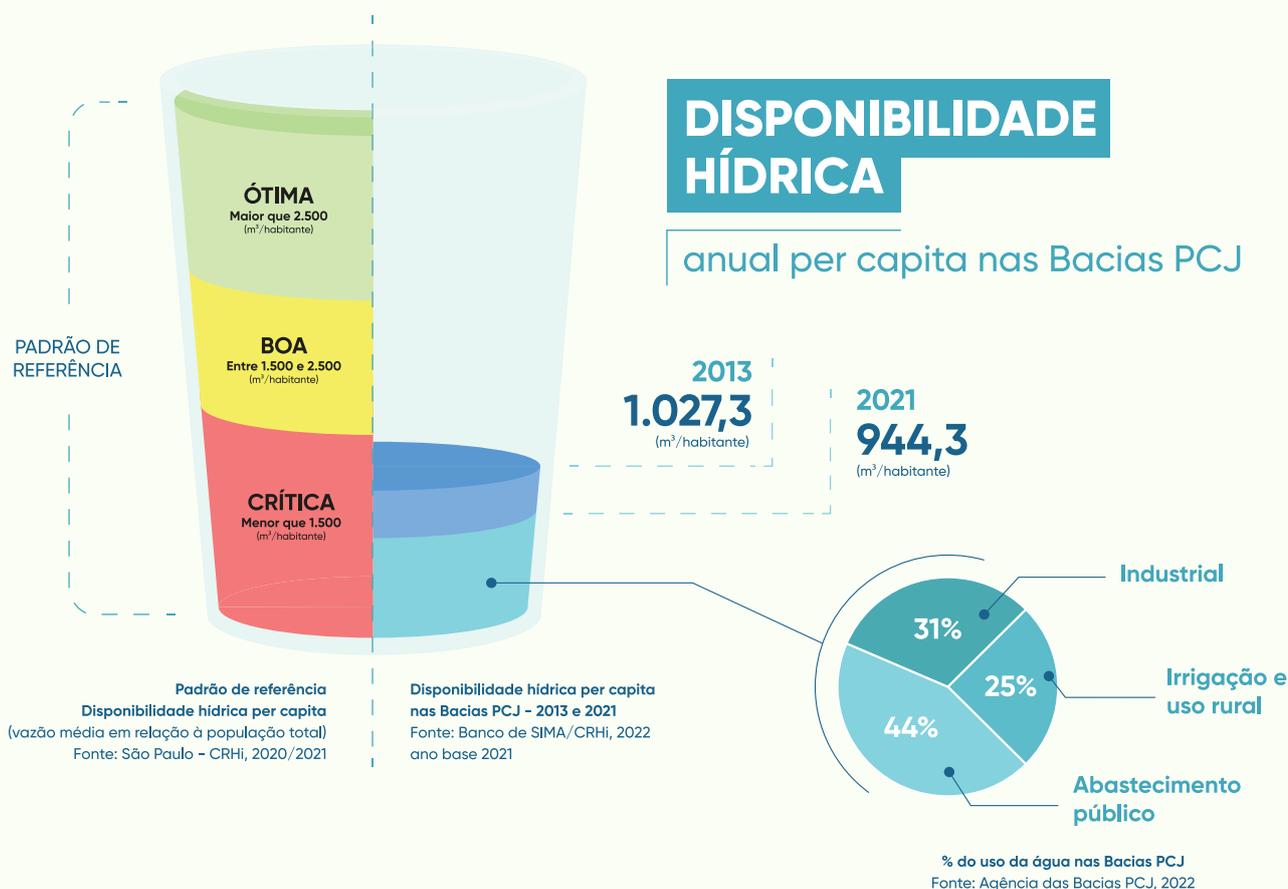
Desde 2021, o sistema de cadastro e cálculo da Cobrança PCJ Paulista está integrado ao Sistema de Outorga Eletrônica do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e já permite ao usuário atualizar seus dados cadastrais, fazer simulações sobre valores, apresentar laudos de

medição de hidrômetros, entre outras ações. Em 2022, a Agência das Bacias PCJ estudou melhorias no sistema, que serão implantadas em 2023, como a possibilidade de emissão de segunda via de boleto e de certidão negativa de débitos diretamente no portal.

Mudanças climáticas

Embora não sejam realizadas as análises de riscos financeiros relacionadas às mudanças climáticas, o tema é fator crítico para a gestão dos recursos hídricos na região.

A Agência das Bacias PCJ presta apoio diuturno aos Comitês PCJ no enfrentamento de questões associadas ao clima. São exemplos, nesse sentido, o suporte de ferramentas de previsão hidrometeorológica para a CT-MH e as discussões no âmbito do GT-Estiagem (GRI 201-2).



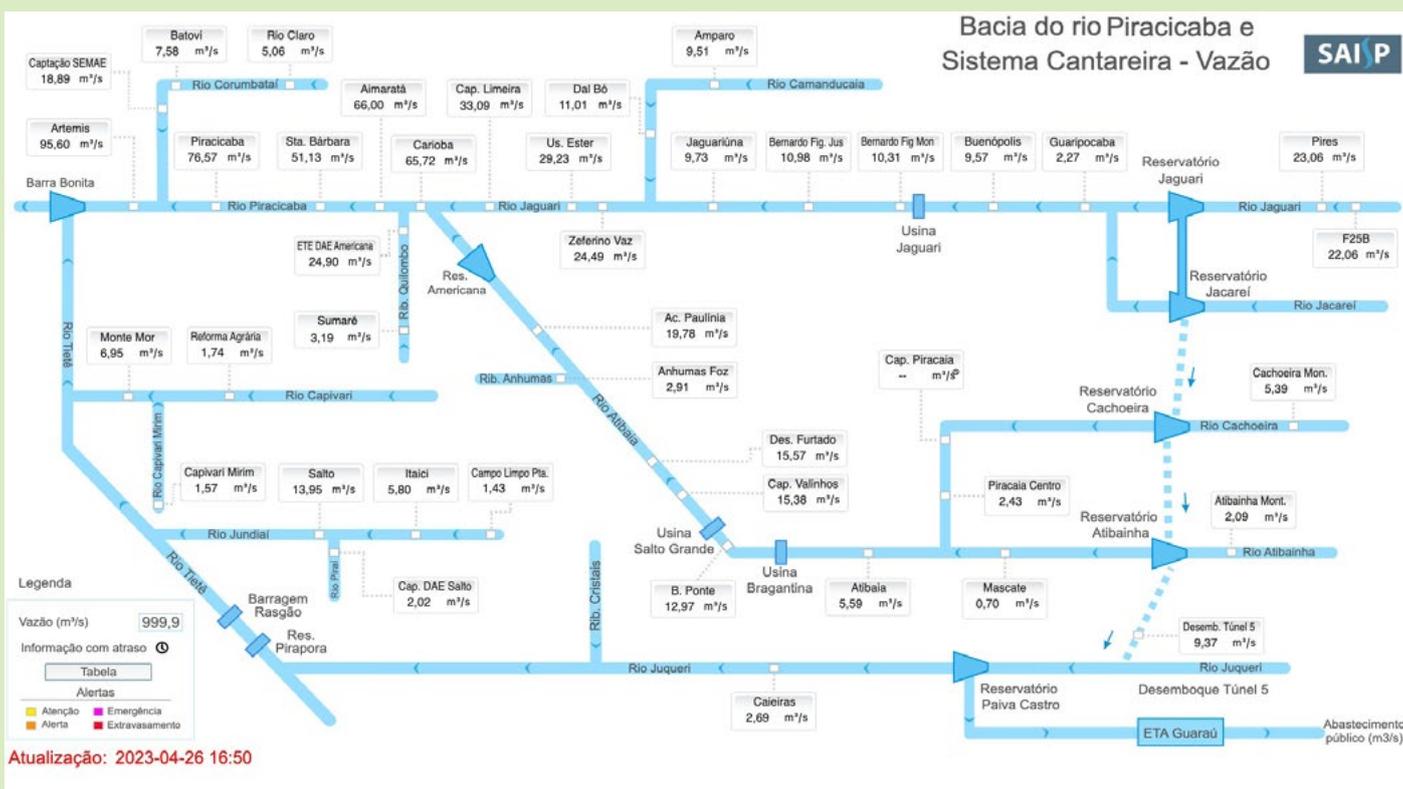
Rede de monitoramento hidrológico

Os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ investem anualmente recursos financeiros, humanos e tecnologias na rede de monitoramento para permitir a produção de informações de qualidade para a sociedade, gerando subsídios para uma melhor convivência com os eventos extremos, as mudanças climáticas e as questões operacionais relacionadas ao abastecimento de cada município das Bacias PCJ.

Com informações em tempo real de chuva, nível e vazão dos rios em cerca de 50 postos de medição distintos das Bacias PCJ, a Rede de Monitoramento Hidrológico PCJ é uma das tecnologias disponibilizadas, sendo fundamental para apoiar a tomada de decisões relacionadas ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos, bem como a atuação da Defesa Civil e o uso dos rios pela comunidade.

Os dados podem ser acessados no site do Sistema de Alerta à Inundações de São Paulo (SAISP) linkbit.ly/SiteSAISP ou pelo site da Sala de Situação PCJ (SSPCJ).

Outro serviço de monitoramento oferecido na região é o Sistema de Suporte a Decisões das Bacias PCJ (SSD PCJ) fruto de uma parceria entre a Agência das Bacias PCJ e o Laboratório de Sistemas de Suporte a Decisões em Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos (LabSid), para apoiar os Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ e os órgãos gestores na gestão e no planejamento dos recursos hídricos da região.



Sala de Situação PCJ: a ferramenta é de fácil acesso, fornece dados com constância e consistência e permite dados de chuva/nível/vazão de 10 em 10 minutos, além de acesso a histórico das informações e de forma gráfica.

1,3 milhão
de acessos em 2022

114 mil
acessos por mês, em média.

50
postos de medição



Impactos econômicos indiretos

Investimentos que geram desenvolvimento

As Bacias PCJ estão situadas em uma região com significativa representatividade para o setor econômico, que representa 17% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, e garantem o abastecimento público de água para mais de 5,9 milhões de pessoas que residem nos 76 municípios, total e parcialmente inseridos em sua área de abrangência. E também são responsáveis pelo abastecimento da população de parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por meio da transposição das águas do Sistema Cantareira.

Embora os desafios se apresentem constantemente, os investimentos históricos neste território com recursos das cobranças pelo uso da água vêm resultando em melhora significativa em índices que se refletem no desenvolvimento socioeconômico dos municípios (GRI 3-3).

Como funciona?

Após a aprovação do Plano das Bacias 2020/2035, os processos de distribuição de recursos são conduzidos pelos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, com foco no atendimento às prioridades nele estabelecidas.

As indicações de parte dos empreendimentos ocorrem por processo seletivo por meio de editais e complementações solicitadas pela Agência das Bacias PCJ, pelas câmaras técnicas dos Comitês PCJ e pelos órgãos licenciador (Cetesb) e outorgante (DAEE). Todos os financiamentos são na modalidade “não reembolsável”, isto é, a fundo perdido.

Quanto à arrecadação e o gerenciamento dos recursos financeiros provenientes da Cobrança PCJ Mineira, implementada desde 2010 na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (PJ1), são realizadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que ainda exerce o papel de Agência de Bacia nesta dominialidade, conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A Agência das Bacias PCJ faz somente o acompanhamento das ações.



O olhar do stakeholder

Luciana Carla Ferreira de Souza, da Prefeitura de Jaguariúna, reforça o papel dos Comitês PCJ e da Agência PCJ com atuação decisiva em um modelo de gestão compartilhada da operação no Sistema Cantareira, além do apoio às prefeituras e empresas de Saneamento Básico na região por meio dos projetos institucionais. Dentre eles, o fomento ao tratamento de esgoto, projetos de educação ambiental, de uso racional da água, combate a perdas, reflorestamento e apoio técnico.

“No município de Jaguariúna, os projetos realizados por meio do convênio da Agência PCJ e FEHIDRO incluíram estação de tratamento de esgoto, emissários de esgoto, planos de perdas, planos de Saneamento Básico, instalação de macromedidores nas ETAs, os quais nos permitiram chegar a 98% de esgoto tratado, além de uma melhor gestão e tomada de decisões, através dessas ferramentas, essenciais ao trabalho do saneamento básico.”

Luciana Carla F. de Souza



Origem dos recursos financeiros*

- Cobranças PCJ (Estadual Paulista e Federal);
- Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos pelo setor hidroelétrico (royalties) (CFURH).



Tipos de investimentos

- Tratamento de esgoto;
- Controle de perdas hídricas;
- Proteção dos corpos d'água;
- Proteção aos Mananciais;
- Educação Ambiental;
- Comunicação Social;
- Planejamento.



Geração de valor para os municípios

- Melhoria das condições de saúde;
- Desenvolvimento tecnológico pela busca de melhores alternativas;
- Aumento dos postos de trabalho;
- Integração e articulação institucional;
- Conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

*A arrecadação e o gerenciamento dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Estadual Mineira, implementada desde 2010 na Bacia PJ1, são realizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que ainda exerce o papel de Agência de Bacia nesta dominialidade, conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A Agência das Bacias PCJ faz somente o acompanhamento das ações.



Investimentos

Recursos financeiros investidos pelos Comitês PCJ, por programa e por fontes de financiamento

Fonte de recursos	Programa	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado R\$	Valor de contrapartida R\$	Valor total R\$
CFURH 1994-2022	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	45	8.288.346,30	2.913.551,04	11.201.897,34
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	4	368.578,32	251.783,55	620.361,87
	Qualidade das Águas (PDC 3)	112	26.298.993,74	29.748.546,05	56.047.539,79
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	17	2.523.547,32	994.331,72	3.517.879,04
	Gestão da Demanda (PDC 5)	53	40.133.705,86	13.768.953,70	53.902.659,56
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	2	348.900,00	31.932,50	380.832,50
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	26	8.797.339,71	1.889.517,49	10.686.857,20
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	16	1.917.345,43	624.191,06	2.541.536,49
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4) - PDC 4.1 - Controle de Processos Erosivos	20	3.648.564,52	1.365.967,99	5.014.532,51
	Total CFURH 1994/2022		295	92.325.321,20	51.588.775,10
COBRANÇA PCJ FEDERAL 2006-2022	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	78	67.661.786,31	781.381,79	68.443.168,10
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	61	31.042.027,60	0,00	31.042.027,60
	Qualidade das Águas (PDC 3)	67	59.516.121,59	51.391.794,93	110.907.916,52
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	23	7.269.776,40	1.270.973,04	8.540.749,44
	Gestão da Demanda (PDC 5)	63	93.830.461,50	39.823.962,73	133.654.424,23
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	3	250.639,00	51.061,40	301.700,40
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	6	1.758.281,92	226.830,33	1.985.112,25
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	51	5.753.482,60	0,00	5.753.482,60
	Total Cobrança PCJ FEDERAL 2006/2022		352	267.082.576,92	93.546.004,22

Fonte de recursos	Programa	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado R\$	Valor de contrapartida R\$	Valor total R\$
COBRANÇA PCJ PAULISTA 2007-2022	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	73	21.723.473,92	2.998.914,30	24.722.388,22
	Qualidade das Águas (PDC 3)	105	147.239.018,18	48.900.395,27	196.139.413,45
	Gestão da Demanda (PDC 5)	65	101.378.275,74	28.546.691,49	129.924.967,23
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	1	300.000,00	0	300.000,00
	Total Cobrança PCJ Paulista 2007/2022	244	270.640.767,84	80.446.001,06	351.086.768,90
Total Geral	891	630.048.665,96	225.580.780,38	855.629.446,34	

Data-base: dezembro de 2022
 Fonte: Agência das Bacias PCJ



Práticas de compras

Gestão de fornecedores

O ano de 2022 foi desafiador para a gestão de fornecedores na Agência das Bacias PCJ. Tendo em vista a demanda reprimida pelos serviços suspensos ou postergados nos anos anteriores em função da pandemia, foi preciso retomar as contratações com celeridade. Outro fator foi a liberação dos recursos financeiros da Sabesp, cujo pagamento estava sendo depositado em juízo desde 2019.

Com o desafio que toda licitação oferece, foi necessário o esforço extra de toda a equipe, somados novos procedimentos oriundos de recomendações de auditoria da ANA, como o memorial descritivo de cálculo, que representam ainda mais segurança para esse processo na Agência das Bacias PCJ (GRI 3-3).



Perfil das contratações

Empresas prestadoras de serviços, consultores, instituições de ensino e pesquisa formam a cadeia de fornecedores da Agência das Bacias PCJ. Os principais fornecedores atuam na prestação de serviços especializados para a gestão dos recursos hídricos e os contratos se dão por processos de licitação para os quais são considerados critérios técnicos, administrativos e legais.

Em função da obrigatoriedade ao atendimento da Lei de Licitação e Compras Públicas, se faz necessária ampla divulgação e a contratação de fornecedores de diferentes localidades, e não exclusivamente locais.

Para valores contratados até R\$ 80 mil, a Agência das Bacias PCJ segue o que se estabelece no Art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que permite, neste caso, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. É uma oportunidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, com a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (GRI 2-6).

Quadro de fornecedores em 2022

Geral	Bacias PCJ	Fora Bacias PCJ	R\$ contratado Bacias PCJ	R\$ contratado fora Bacias PCJ
TOTAL	66	59	R\$ 6.971.679,14	R\$ 8.715.312,33

Valores estimados x valores contratados em processos licitatórios realizados em 2022

Tipo	Valor Estimado (Média das Cotações)	Valor Contratado	Valor Economizado	% Valor Economizado
TOTAL	R\$ 7.151.690,52	R\$ 15.727.250,03	R\$ 733.645,51	10,26

(GRI 204-1)

Critérios socioambientais de contratação

A Agência das Bacias PCJ adota critérios socioambientais no processo de compras, como Selo Procell, práticas de manejo sustentável, utilização de plástico biodegradável, certificação FSC®, uso de materiais reciclados e de materiais atóxicos, entre outros (veja quadro a seguir). Desde 2021, a instituição passou a utilizar a plataforma de pregão eletrônico do Banco do Brasil (Licitações-e), em atendimento a uma exigência da ANA (GRI 3-3, 204-1, 308-1, 414-1).

<i>Critérios de sustentabilidade (Decreto 7.746/12)</i>	<i>Descrição</i>
Material reciclado	Resulta da transformação dos resíduos sólidos e envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas. Passa por transformação e gera novos insumos ou produtos.
Material atóxico/baixa toxicidade	Não contém substâncias perigosas ¹ em quantidades significativas e prejudiciais à saúde em sua composição.
Material ecoeficiente	Apresenta alta eficiência energética e durabilidade dos produtos, bem como busca consumir pouca água e maximiza o uso dos recursos naturais. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Pode possuir menor uso de agrotóxicos ou a dispersão de tóxicos, bem como baixa emissão de gases de efeito estufa.
Material biodegradável	Decompõe-se no ambiente pela ação de microrganismos que o utilizam como fonte de alimento/energia. Converte o material em biomassa, dióxido de carbono e água. Os resíduos finais da decomposição não apresentam resquícios de toxicidade, portanto, não são danosos ao meio ambiente.
Certificação	Certificação emitida por instituição pública oficial ou por instituição acreditada.
Selos ambientais	FSC®, Cerflor, PBE, Programa Selo Verde e Selo SisOr.
Origem local	Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

¹Tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados. Fonte: RoHS.



O olhar do stakeholder

O diretor-presidente do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), **Eduardo Alvim Leite**, cuja empresa presta serviços à Agência das Bacias PCJ há cinco anos, reforça a importância das informações produzidas no esforço conjunto com a Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ por meio do Sistema de Previsão Hidrometeorológica das Bacias PCJ (SPHM-PCJ), com destaque para desafios técnicos que foram superados por meio de modelos matemáticos e inteligência artificial, tendo os técnicos da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ participado como co-autores em artigos científicos e apresentações em eventos de Hidrologia de relevância nacional.

"O aprendizado e o conhecimento gerados no contexto dessa parceria têm contribuído para além das fronteiras das Bacias PCJ, trazendo inovações para uma importante área de conhecimento: a aplicação de tecnologias para otimização e melhor aproveitamento dos recursos hídricos."

Eduardo Alvim

Ética e integridade

Compromisso com a ética

A conduta e a cultura organizacional na Agência das Bacias PCJ são orientadas pelo Código de Ética, onde estão expressos o compromisso com princípios éticos e os valores que devem pautar os relacionamentos e o cumprimento de sua missão. O documento está alinhado com a visão de futuro da instituição de ser reconhecida pela eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Como signatária do Pacto Global, a Agência das Bacias PCJ reforça seu compromisso com a ética nos relacionamentos e com a transparência em sua atuação. Ao assinar o Pacto, as organizações assumem também a responsabilidade pelo alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são o principal pilar da Agenda 2030 da ONU (GRI 2-26, 3-3).



O olhar do stakeholder

O diretor administrativo-financeiro da Agência das Bacias PCJ, **Ivens de Oliveira**, destaca a relevância da conduta ética organizacional, especialmente considerando os tempos difíceis que atravessam todas as instituições, em meio a crises de credibilidade diante do contexto atual político e econômico brasileiro.

“Na Agência das Bacias PCJ, a ética e a integridade são aspectos vitais que permeiam sua atuação, seja nas relações entre colaboradores, com entes públicos e com parceiros externos; seja na divulgação de informações com transparência ou em outras frentes de trabalho. Projetos de implantação da Ouvidoria e de gestão de riscos, que estão em andamento na Agência das Bacias PCJ, irão reforçar ainda mais essa estrutura que já conta com instrumentos como o Código de Ética, aprimorando os fundamentos de sua atuação em linha com os preceitos éticos.”

Ivens de Oliveira

Governança do tema



O **Comitê de Ética** é a instância consultiva que orienta sobre conduta ética e as relações da Agência das Bacias PCJ.



O **Código de Ética** é apresentado a todo novo colaborador no processo de integração, é divulgado a fornecedores por meio dos processos de licitação e aos membros dos Comitês PCJ e Conselhos da Agência das Bacias PCJ.



O **Código de Conduta**, em processo de elaboração ao fim deste relato, será o instrumento de orientação para a execução do Código de Ética.

Em 2022, 100% dos membros dos órgãos de governança e dos colaboradores foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção. Não foram realizadas capacitações sobre o Código de Ética no período (GRI 205-2).

+ Saiba mais

Informação ao cidadão

Em atendimento a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e com o objetivo de aprimorar os instrumentos de atendimento às solicitações dos cidadãos e transparência pública, a Agência das Bacias PCJ faz parte do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC.SP) desde 2018. Além deste, a instituição possui outros dois canais disponíveis ao cidadão para solicitar informações, e-mail ou atendimento via telefone/presencial.

Em 2022, foi dado início ao projeto para a implantação de uma Ouvidoria, que deve ser instituída em 2023. No período deste relato, 100% das solicitações enviadas para a instituição foram respondidas.



Materiais



Uma nova maneira de pensar e agir

Com a implementação do Programa A3P do MMA (2018), a Agência das Bacias PCJ assumiu publicamente o compromisso com um modelo de gestão pública orientado para a minimização dos impactos socioambientais gerados durante o trabalho. Desde então, a instituição vem consolidando uma nova maneira de pensar e agir relacionada ao uso de materiais (em quantidade e tipo) em seus processos diários, a fim de reduzir o grau de dependência dos recursos naturais (GRI 3-3).

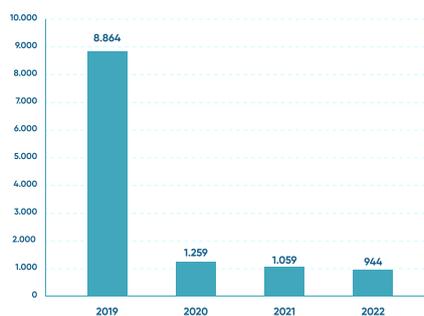
Projeto ED Digital

Com a implantação total do Projeto ED Digital (das iniciais de Entidade Delegatária), que vem reduzindo o uso de papéis em processos licitatórios, de execução e pagamento, entre outros, substituindo-os por versões digitais, foi também consolidada a cultura do uso racional dos recursos de trabalho para a redução dos impactos ambientais, o que ainda traz benefícios ao minimizar os custos. Entre os anos de 2019 a 2022, já houve uma redução de 89,35% na média de impressões na Agência das Bacias PCJ, conforme gráfico abaixo.

O arquivo físico, que representa o legado da Agência das Bacias PCJ e contém documentos produzidos entre 2009 e 2020, está em fase de digitalização, que segue um processo específico, considerando as boas práticas de gestão arquivística.

A economia orçamentária obtida em processos como o de licitação permitiu à Agência das Bacias PCJ devolver para a ANA os recursos financeiros que não seriam mais utilizados.

Média de impressão anual (2019 a 2022)

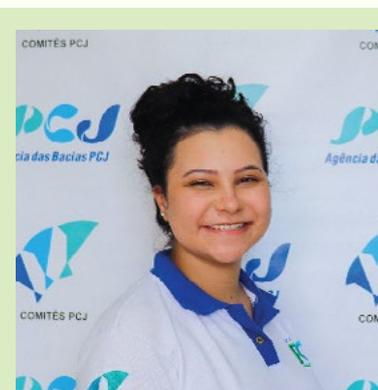


Data-base: dezembro de 2022
Fonte: Agência das Bacias PCJ

Nova sede

Crerios socioambientais e de acessibilidade também serão considerados no projeto da nova sede da Agência das Bacias PCJ, que será construída no Parque Tecnológico de Piracicaba, no bairro Santa Rosa, em um terreno de 3,9 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura de Piracicaba, por meio de um Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores em 2019.

Depois um processo administrativo junto à Secretaria da Fazenda relacionado à isenção do imposto que incide sobre doações, o projeto segue os trâmites, com investimentos de R\$ 5 milhões provenientes de recursos próprios e compõem o Fundo Patrimonial da Agência das Bacias PCJ, oriundos do superávit anual da Cobrança PCJ Paulista.



O olhar do stakeholder

A estagiária de Coordenação de Gestão na Agência das Bacias PCJ, Larissa Lucianetti Oliveira, observa que compromissos como o Pacto Global da ONU, que a Agência das Bacias PCJ subscreve, possibilitam a identificação e correlação das metas dos ODS com as ações trabalhadas no seu dia a dia, e assim, contribuem para a aplicação dos recursos públicos de forma transparente e sustentável.

O projeto "Desvendando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agência das Bacias PCJ", desenvolvido por meio do Programa de Estágio incentivado pela fundação, visa contribuir não só para a definição de quais metas dos 17 ODS se relacionam às atividades rotineiras, mas ainda colaborar na criação de consciência coletiva entre os colaboradores de que suas ações no trabalho podem auxiliar no atingimento das metas propostas no plano de ação "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" e, assim, colaborar na mudança de comportamento.

Larissa Lucianetti Oliveira

Água, efluentes e resíduos

A importância do monitoramento

A aplicação dos recursos provenientes das cobranças pelo uso dos recursos hídricos tem sido direcionada, nos últimos anos, as iniciativas para garantir quantidade e qualidade de água nas Bacias PCJ. Os projetos têm focos diversificados, que vão desde proteger as nascentes, reflorestar, coletar/tratar esgoto e combater as perdas de água nas 76 cidades que integram as Bacias PCJ.

Os investimentos do Plano das Bacias PCJ envolvem iniciativas prioritárias relacionadas a saneamento e, nos últimos anos, ganharam mais foco em ações relacionadas ao monitoramento.

A qualidade da água está intrinsicamente ligada à quantidade. À medida que são produzidos resíduos líquidos (esgoto doméstico e efluentes da indústria), é necessária uma determinada quantidade de água para o tratamento. As capacidades de depuração dos rios, no entanto, são limitadas, o que leva os serviços de água municipais a dispenderem valores substanciais para auxiliar no tratamento. O monitoramento, portanto, é uma frente de ação essencial para buscar soluções focadas em processos de tratamento mais sustentáveis e garantir o abastecimento de água em qualidade e quantidade para a população (GRI 3-3).

Informações que embasam decisões

A Agência das Bacias PCJ fornece à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) informações para subsidiar as tomadas de decisão por meio da Sala de Situação PCJ (SSPCJ). As decisões podem envolver aspectos relacionados à operação dos reservatórios das Bacias PCJ (liberação e/ou restrição de vazões) e ações de alerta e emergência, em situações de cheias, estiagens ou acidentes, permitindo acionar órgãos públicos, operadores de sistemas de saneamento e a Defesa Civil, quando necessário. A SSPCJ também tem a função de fornecer informações para a elaboração de estudos detalhados como Relatórios de Situação das Bacias PCJ.

Em 2022, a Agência das Bacias PCJ intensificou as atividades relacionadas ao monitoramento de qualidade da água, a partir da aquisição de postos de monitoramento, ampliando de 11 para 50 postos automatizados na Rede de Monitoramento Hidrológico. A rede é implantada e operada pelos órgãos gestores estaduais (Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb), Sala de Situação PCJ, Agência das Bacias PCJ, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), CT-MH dos Comitês PCJ, usuários de água e diversos outros parceiros.



O olhar do stakeholder

Jorge Antonio Mercanti, representante do CIESP DR Campinas nos Comitês PCJ e coordenador do CT-Indústria, enfatiza o crescimento populacional da região das Bacias PCJ acima da média nacional, face à sua localização geográfica e por oferecer ótimas oportunidades de emprego e estudo. O que, consequentemente, vem pressionando a demanda hídrica desse território ao longo dos anos.

“Neste contexto a atuação da Agência das Bacias PCJ é fundamental pois, além de ser o agente financiador dos projetos em infraestrutura, ela fornece informações relacionadas aos recursos hídricos para os membros da Câmara Técnica de Planejamento e da plenária dos Comitês das Bacias PCJ, possibilitando a aprovação e priorização dos projetos que serão financiados.”

Jorge Antonio Mercanti



Saiba mais

Sistema Cantareira

Todos os anos, no período de junho a novembro, os Comitês PCJ assumem a gestão das descargas de água do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ, com o objetivo de promover o uso eficiente da água de forma a liberar somente os volumes necessários para o abastecimento dos diversos usos da água na região.

Em 2022, o desafio foi ainda maior, pois os volumes de chuvas abaixo da média esperada registrados no último verão resultaram em menor recuperação do Sistema Cantareira. Este trabalho é feito pela CT-MH dos Comitês PCJ que monitora, realiza previsões e decide diariamente qual a vazão de água do Cantareira para as Bacias PCJ, buscando garantir o cumprimento das regras e condições para o abastecimento de 19 municípios do interior – cerca de 3,5 milhões de habitantes – que dependem diretamente desse sistema de reservatórios.



Cerca de R\$ 350 mil foram investidos na implantação de equipamentos e sistemas complementares na ETE Estoril

INAUGURADA A SEGUNDA FASE DA ETE EM ATIBAIA

Em setembro de 2022, foi inaugurada a obra da 2ª fase da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Estoril, em Atibaia. A execução foi realizada pela Atibaia Saneamento, que atua no município por meio de Parceria Público-Privada (PPP) com a SAAE – Saneamento Ambiental Atibaia. Com a entrega, a cidade amplia a capacidade de tratamento de 200 para 300 litros de esgoto por segundo.

Por deliberação dos Comitês PCJ, foram investidos cerca de R\$ 350 mil na implantação de equipamentos e sistemas complementares na ETE Estoril, levando Atibaia no caminho para atender as metas da universalização do saneamento básico e também as metas do Plano das Bacias PCJ. Com isso, o município sai à frente, com capacidade para remover fósforo e nitrogênio, que é justamente uma das metas do Plano das Bacias PCJ.



Projeto inédito de combate às perdas hídricas em Capivari

Com investimento de cerca de R\$ 600 mil, com recursos provenientes da Cobrança PCJ FEDERAL, a Agência das Bacias PCJ deu início a um projeto inovador com o objetivo de combater as perdas de água e melhorar a gestão do sistema de abastecimento em Capivari (SP).

O projeto contempla a implantação da ferramenta Giswater no sistema de abastecimento de água do município para a estruturação do cadastro técnico (inventário do sistema) e gestão, visando a melhoria do sistema e possibilitando a redução e controle das perdas de água. Giswater é um sistema de informação geográfica que foi implantado na Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental) para ajudar a gerenciar os dados das companhias de saneamento para controle de perdas hídricas no sistema de abastecimento público.

As perdas hídricas configuram-se como um problema comum nas companhias de saneamento e atualmente o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 possui metas estabelecidas para o controle de perdas hídricas no abastecimento. Implantado e funcionando como ferramenta de cadastro técnico, simulação hidráulica e gestão operacional, o Giswater está atualmente somente na Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e Companhia Saneamento de Goiás S/A SANEAGO.



Indicadores de saneamento em 2022



Água tratada:

Atualmente, a maior parte dos municípios das Bacias PCJ tem índice igual ou superior a 90% de oferta de água tratada.



Coleta de esgoto:

Supera 92%, considerando-se a proporção da população atendida.



Tratamento de esgoto:

Ultrapassou 81%, considerando-se a proporção da população residente nas bacias e atendida pelo serviço.



Perdas hídricas:

Os percentuais variam entre menor do que 25% e entre 25,1% a 49,9%, sendo uma parcela pequena com índice maior ou igual a 50%. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) divulga anualmente, para cada município brasileiro, o índice de perdas hídricas na distribuição. A fórmula de cálculo pode ser consultada no glossário de indicadores e informações do SNIS. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) divulga anualmente, para cada município brasileiro, o índice de perdas hídricas na distribuição. A fórmula de cálculo pode ser consultada no glossário de indicadores e informações do SNIS.



Biodiversidade

Recuperação, conservação e proteção de mananciais

Os Comitês PCJ atuam para ampliar os investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (SbN), cujo termo se refere à prática da gestão e do uso sustentável de recursos e processos naturais para enfrentamento de desafios socioambientais. O incremento da infraestrutura natural, de maneira complementar à chamada infraestrutura cinza, é estruturado de forma a propiciar a melhoria nas condições qualitativas e quantitativas do regime hídrico dos mananciais nas Bacias PCJ. Em longo prazo, as iniciativas também resultam na redução do custo de tratamento da água que será destinada ao abastecimento público dos municípios desse território.

A Agência das Bacias PCJ, desenvolve ações e demandas relacionadas à implementação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ. É responsável por operacionalizar os processos de seleção de áreas e empreendimentos publicados periodicamente, para aplicação dos recursos oriundos das Cobranças PCJ. A estruturação das ações de fomento e apoio executivo está definida nos programas temáticos da Política de Mananciais PCJ: I – Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse, II – Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), III – Áreas Sujetas a Restrição de Uso e IV – Proteção dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado (GRI 3-3, 304-3).



Bancos de áreas e de projetos

No **Banco de Áreas PCJ** estão relacionadas as áreas disponíveis e para adoção visando à execução de intervenções de restauração ecológica com a finalidade de adequação ambiental. A relação de iniciativas referentes à proteção de mananciais que envolvam tanto o Programa I como o Programa II da Política de Mananciais PCJ, estão disponíveis no Banco de Projetos PCJ. Ambas são ferramentas públicas para acesso via Portal SIG-PCJ.



Rio Piracicaba (2022), Município de Piracicaba/SP Autora: Karla Romão – Acervo Agência das Bacias PCJ

+ de R\$ 2 milhões

investidos em projetos de adequação ambiental em 276 propriedades



O olhar do stakeholder

Garantir os serviços ecossistêmicos somado ao desenvolvimento da sociedade tem sido um dos maiores desafios do mundo atual, conforme observa **Antônio Borges**, diretor executivo da PlantVerd Ambiental. Para ele, é preciso entender e fazer entender que essas duas ações estão inteiramente ligadas, tendo por base as seguintes palavras de ordem: proteção e conservação do meio ambiente.

“Nesse sentido, a Agência de Bacias PCJ tem, em sua região de atuação, não só prestado assistência aos municípios como também trabalhado em conjunto com esses, visando garantir a recarga e disponibilidade hídrica de suas (nossas) bacias. Essa atuação se dá por meio de uma somatória de ações, - sendo a união entre setor público e privado e comunidade, a principal – oferecendo aos produtores rurais a certeza de que restaurar suas Áreas de Preservação Permanente e outras áreas em desuso, assim como conservar a vegetação nativa remanescente, ocasiona na continuidade de serviços ecossistêmicos importantes para todos.”

Antônio Borges

Adequações ambientais

A seguir estão listadas as ações relacionadas às intervenções inerentes ao processo de adequação ambiental em implementação nas microbacias dos Córregos do Cavalheiro (Analândia-SP), Boa Vista (Charqueada-SP), Água Branca (São Pedro-SP), Marins (Piracicaba-SP), Pirai (Salto-SP), Tabajara (Limeira) e Tatu (Cordeirópolis), que são mananciais de interesse para o abastecimento público.

A metodologia é especificada na legislação pertinente e na Política de Mananciais PCJ, conforme seus Programas I – Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse e II – Pagamento por Serviços Ambientais.

Adequações ambientais em implementação

	<i>Analândia-SP</i>	<i>Charqueada/São Pedro</i>	<i>Piracicaba-SP</i>	<i>Salto-SP</i>	<i>Limeira</i>	<i>Cordeirópolis</i>
Tamanho	73 hectares	180 hectares	21 hectares	9 hectares	176,94 hectares	73 hectares
Tipo	APP, APA e área restaurada	APP, APA e área restaurada	APP e área restaurada	APP e área restaurada	APP e área restaurada	APP e área restaurada
Acompanhamento e validação das ações de restauração	Fundação SOS Mata Atlântica é a responsável pela implementação e monitoramento das áreas de restauro.	Da Serra Ambiental e PlantVerd Ambiental são responsáveis pela implementação e monitoramento das áreas de restauro.	A restauração é de responsabilidade da Progaia Engenharia Ambiental e PlantVerd Ambiental	A restauração é de responsabilidade da PlantVerd Ambiental	A restauração é de responsabilidade da Fundação Florestal	A restauração é de responsabilidade da Fundação Florestal
Parceiros para proteção ou restauração	Fundação SOS Mata Atlântica	Da Serra Ambiental e a PlantVerd Ambiental	PlantVerd Ambiental. A Progaia Engenharia é a executora contratada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba (Microbacia dos Marins) e a PlantVerd a parceira para restauro da área da microbacia Corumbataí	PlantVerd Ambiental	Fundação Florestal	Fundação Florestal
Status de recuperação (dezembro/2022)	Inicial e intermediário	Da Serra: Inicial PlantVerd: Restauração não iniciada	Progaia: Inicial PlantVerd: Restauração não iniciada	Restauração não iniciada	Restauração não iniciada	Restauração não iniciada

Data-base: dezembro de 2022
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Passivos gerais – Banco de Áreas PCJ

Hectares com interesse em adoção	Hectares disponibilizados para adoção
1.118,22 ha	199,93 ha

Data-base: dezembro de 2022
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Passivos de restauração por projeto

Projeto	Hectares disponibilizados	Hectares adotados	Status
Nascentes Analândia	73,00	73,00	Em execução
Mananciais Charqueadas/São Pedro	180	180	Em tramitação
Nascentes da Vida Salto	9,00	9,00	Em tramitação
Conservadores do Tabajara	176,94	176,94	Em tramitação
Mananciais Cordeirópolis	73	73	Em tramitação

Data-base: dezembro de 2022
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Projetos de adequação ambiental realizados por município

Município	Modalidade	Valor Investido (R\$) Agência PCJ	Número de propriedades envolvidas	Área das Propriedades	Status
Holambra	Programa I – PIP	R\$ 432.508,08	105	2.000,00	Finalizado
Analândia	Programa I – PIP	R\$ 680.739,63	18	1.744,23	Finalizado
Charqueada/São Pedro	Programa I – PIP	R\$ 374.444,36	30	2.174,92	Finalizado
Salto	Programa I – PIP	Execução direta	1	317,37	Finalizado
Limeira	Programa I – PIP	R\$ 599.600,00	115	1.328,58	Finalizado
Cordeirópolis	Programa I – PIP	Execução Fundação Florestal	7	1.242,45	Finalizado
Totais		R\$ 2.087.292,07	276	8.807,55	

Data-base: dezembro de 2022
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Projetos de PSA realizados por município

Município	Modalidade de PSA	Valor de repasse (R\$) Agência PCJ	Número de propriedades envolvidas	Área das propriedades (ha)	Status
Jaguariúna	B-UCE (Piloto)	R\$ 142.000,00	8	219,60	Finalizado
Piracicaba	A-Restauração Ecológica	R\$ 449.999,53	11	296,85	Em execução
Jaguariúna	B-UCE	R\$ 144.250,00	7	1.064,25	Em execução
Jundiaí	B - UCE + C - Incentivo econômico	R\$ 153.638,52	16	336,54	Em execução
Limeira	C - Incentivo econômico	R\$ 41.392,16	8	116,79	Em execução
Piracaia	C - Incentivo econômico	R\$ 52.573,36	15	625,12	Em execução
Totais		R\$ 983.853,57	65	2.659,15	

Data-base: dezembro de 2022
Fonte: Agência das Bacias PCJ



Emprego, treinamento e educação

O valor do capital humano

O compartilhamento de boas práticas internas tem sido adotado pela Agência das Bacias PCJ como uma das ferramentas de formação e desenvolvimento profissional. Otimizar recursos e disseminar conhecimento são caminhos certos para a gestão de pessoas em uma instituição onde o capital humano é um dos principais ativos.

Com especial atenção à promoção do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, as ações de desenvolvimento, na Agência das Bacias PCJ, têm foco na excelência em gestão de projetos e do conhecimento tecnológico em recursos hídricos para que a instituição alcance sua Visão de Futuro.

No eixo de capacitação, dentro da A3P PCJ, foram promovidas rodadas de apresentações de cada coordenação em 2022, para compartilhar conhecimento e ferramentas utilizadas (GRI 3-3).



O olhar do stakeholder

A Agência das Bacias PCJ, como observa a gerente técnica do Consórcio PCJ, **Andréa Borges**, tem desenvolvido ações de extrema importância na formação do capital humano, por meio de capacitações, encontros formativos, incentivo ao aprimoramento profissional e atividades de educação ambiental. Ela reforça que a expertise técnica, associada a diversos parceiros, como o Consórcio PCJ (Escola da Água e Saneamento), dentre outras instituições de ensino e pesquisa da região, tem fomentado a ampliação dos conhecimentos adquiridos pelos membros dos Comitês PCJ, o que reflete na qualidade dos trabalhos liderados pelas Câmaras Técnicas.

“Como coordenadora da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, cuja vaga é compartilhada entre os Comitês PCJ e Sorocaba Médio Tietê, tenho orgulho de representar nossa região, que se destaca pelas ações de educação, sensibilização ambiental, e capacitação dos diversos setores da sociedade, e na busca constante em ampliar os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos, com destaque às mulheres, aos jovens e às populações tradicionais. Tenho certeza de que, no futuro, se mantidas tais ações, nosso parlamento das águas será muito mais participativo, inclusivo, e democrático, rumo a sociedades sustentáveis, com água em quantidade e qualidade para todos, todas e todes.”

Andrea Borges

Formação na prática

Por meio do Programa de Estágio da Agência das Bacias PCJ, estudantes têm a oportunidade de desenvolver um plano de trabalho, com acompanhamento de perto pelo gestor da área e dos Recursos Humanos. Com duração de até dois anos, o programa tem como objetivos principais inspirar, contribuir para o desenvolvimento dos futuros profissionais e ser referência na construção de conhecimento a respeito da gestão de recursos hídricos na formação do estudante.

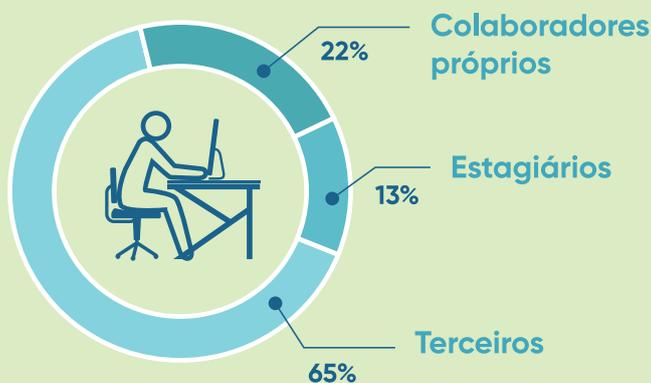
Buscando a melhoria contínua do Programa, em 2023, em uma parceria com a Universidade Anhembi Morumbi, será feita uma avaliação da iniciativa, a partir do olhar crítico dos estagiários, dos professores e supervisores.



Quadro de colaboradores em 2022

Em dezembro de 2022, 60 pessoas compunham o quadro funcional da Agência das Bacias PCJ. Destes, 39 eram terceiros, com vínculo empregatício em regime CLT em empresas prestadoras de serviço. A contratação de colaboradores próprios, com exceção das funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é feita por concurso público. Todos os colaboradores cumprem jornada de período integral (GRI 2-7).

Quadro de colaboradores por tipo de contrato, em 2022



Data-base: dezembro/2022 Fonte: agência das Bacias PCJ

Quadro de colaboradores por gênero, tipo de contrato e jornada de trabalho, em 2022

	Masculino	Feminino	Total
Colaboradores próprios com contrato por prazo permanente, jornada em tempo integral	8	5	13
Estagiários, com contrato por prazo temporário e jornada em tempo parcial	4	4	8
Colaboradores com contrato por prazo determinado ou temporário e jornada em tempo integral (terceiros)	17	22	39

Terceiros são parte representativa do quadro funcional

Grande parte da força de trabalho na Agência das Bacias PCJ é executada por colaboradores de empresas prestadoras de serviço, contratados no regime de CLT, que ficam lotados nas dependências da Agência das Bacias PCJ. Em 2022, eles representavam 65% do quadro funcional.

As relações de trabalho são orientadas pela Política de Terceirização da Agência das Bacias PCJ, que agrega aspectos legais relacionados à administração pública, propõe elementos que deixam mais claro o conteúdo de editais e permite a inserção de exigências mínimas para a contratação de fornecedores para projetos ou atividades específicas. Também sugere que terceiros que atuem na Agência das Bacias PCJ tenham acesso a um pacote de benefícios compatíveis com o oferecido aos colaboradores próprios (GRI 2-7).

Rotatividade

Em 2022, foram efetivadas 18 contratações e 15 saídas de profissionais (colaboradores, terceirizados e estagiários), o que representa uma taxa de rotatividade de 10,8%, conforme tabela a seguir, índice positivo em relação a 2021, quando a rotatividade foi de 22,8% (GRI 401-1).

Taxa de rotatividade 2022	Gênero	Contratações			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
	Homem	6	0	0	2	2	0
	Mulheres	6	5	1	9	2	0
Total de contratações e demissões, por faixa etária		12	5	1	11	4	0
Total de contratações e demissões, por gênero	Homens	6			4		
	Mulheres	12			11		
Total de contratações e demissões		18			15		
Taxa de novas contratações e saídas		30,0%			25,0%		

Taxa de rotatividade 2021	Gênero	Contratações			Saídas		
		<30	30-50	>50	<30	30-50	>50
2021 contratações	Homem	2	4	0	2	4	0
	Mulheres	6	2	0	4	3	0
Totais por faixa etária		8	6	0	6	7	0
Totais por gênero	Homens	6			6		
	Mulheres	8			7		
Total de contratações e demissões		14			13		
Taxas de contratação e saída 2021		24,6%			22,8%		

Pacote de benefícios

Os colaboradores próprios da Agência das Bacias PCJ, que têm contrato em período integral, contam com os seguintes benefícios: seguro de vida, auxílio-creche (para mulheres, até que o filho complete 7 anos de idade), auxílio-alimentação, assistência médico-hospitalar e vale-transporte (GRI 401-2).

Mais de 3.700 horas dedicadas à capacitação

Em 2022, as horas de participação em cursos e treinamento de todos os colaboradores (próprios, estagiários e terceiros) chegaram a 3.770 no total, o que resulta em uma média de 60 horas de formação por colaborador, 27,6% acima de 2021 (GRI 404-1).

<i>Total de colaboradores que contribuíram com formação ao longo de 2022¹</i>	<i>Gênero</i>	<i>2022²</i>	<i>2021³</i>
FUNCIONÁRIOS	Homens	8	9
	Mulheres	4	5
	Total	12	14
TERCEIRIZADOS	Homens	20	18
	Mulheres	21	23
	Total	41	41
ESTAGIÁRIOS	Homens	4	4
	Mulheres	6	2
	Total	10	6
TOTAL	Homens	32	31
	Mulheres	31	30
	Total	63	61

<i>Horas de formação total (considerando treinamentos internos e externos)</i>	<i>Gênero</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
FUNCIONÁRIOS	Homens	305	173
	Mulheres	215	269
	Total	520	442
TERCEIRIZADOS	Homens	1.171	513
	Mulheres	1.588	1611
	Total	2.759	2123
ESTAGIÁRIOS	Homens	124	62
	Mulheres	367	228
	Total	491	290
TOTAL	Homens	1.600	747
	Mulheres	2.170	2108
	Total	3.770	2854

Média de horas de formação	Gênero	2022	2021
FUNCIONÁRIOS	Homens	38	19
	Mulheres	54	54
	Total	43	32
TERCEIRIZADOS	Homens	59	28
	Mulheres	76	70
	Total	67	52
ESTAGIÁRIOS	Homens	31	15
	Mulheres	61	114
	Total	49	48
TOTAL	Homens	50	24
	Mulheres	70	70
	Total	60	47

¹O número total de colaboradores apresentado corresponde ao número de colaboradores que contribuíram para a carga horária de formação, não ao número de colaboradores de 31/12/2022.

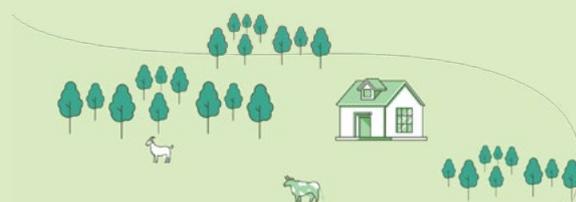
²Data base: dezembro/2021

³Data base: dezembro/2020

Qualidade de vida

Promover e divulgar atividades físicas visando reduzir doenças ocupacionais e fomentar qualidade de vida e promover campanhas relacionadas à saúde dos colaboradores são ações previstas no Plano de Gestão Socioambiental (PGS) relacionadas ao Eixo 3 do Programa A3P.

Em 2022, foram promovidas quatro sessões de relaxamento entre os colaboradores, dois encontros do Grupo de Corrida e Caminhada, duas campanhas de incentivo à doação de sangue, três campanhas de incentivo à vacinação da gripe, além de divulgações de informações relacionadas à saúde e qualidade de vida nos veículos de comunicação interna.



Comunidades locais

Todos podem participar

“Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos” é uma declaração expressa da Visão de Futuro da Agência das Bacias PCJ. A gestão participativa da água, por meio dos espaços de representação – como os Comitês de Bacias Hidrográficas – e tomada de decisão, permitindo conciliar conflitos relacionados aos múltiplos usos da água, é uma premissa para efetivar essas políticas. Esta é a observação feita pela educadora ambiental Ana Lucia Floriano Rosa Vieira (ver depoimento a seguir).

Em sua atividade executiva, a Agência das Bacias PCJ contribui significativamente para a efetividade desta condição, revelando um desempenho de eficiência técnica e administrativa, inclusive no esforço para ampliar a participação e envolvimento do cidadão que ainda não está integrado ao sistema, como complementa a educadora (GRI 2-29, 3-3).



O olhar do stakeholder

A educadora ambiental **Ana Lucia Floriano Rosa Vieira**, da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), observa que as políticas de recursos hídricos geram o benefício do bem-estar social, envolvendo componentes capazes de promover impactos positivos para a qualidade de vida da população. No processo de gestão das águas, a Agência das Bacias PCJ, na sua visão, reconhece e valoriza a importância da educação ambiental.

“A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), restabelece relações sustentáveis com o meio natural, trazendo como princípio básico, a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, por meio de um caráter humanista, holístico, democrático e participativo. Promover ações fundamentadas neste entendimento, amplia as possibilidades de contribuir para o bem-estar social, e com o desafio do reconhecimento da sociedade quanto aos benefícios gerados para as comunidades do território das Bacias PCJ.”

Ana Floriano

Partes interessadas

Órgãos de Governo (estadual, municipal e federal), Ministério Público, órgãos de controle externo, sociedade civil, usuários de recursos hídricos, Comitês PCJ, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço, imprensa, outros entes dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais parceiros são os grupos de *stakeholders* com os quais a Agência das Bacias PCJ se relaciona.

Os principais objetivos destes relacionamentos são garantir o aprimoramento da gestão de recursos hídricos por meio do modelo participativo, a prestação de contas de forma transparente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Fóruns que representam oportunidades de relacionamento



Comitês PCJ

Modelo participativo e colaborativo de fórum, composto por órgãos e entidades governamentais, representantes dos municípios, usuários de recursos hídricos e organizações civis.



Desenvolvimento de políticas

Ocorre nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a exemplo das Políticas de Mananciais, de Monitoramento Hidrológico, de Saúde Ambiental e de Educação Ambiental.



Plano de mídia

Direciona a produção de materiais de campanha, com destaque para as mídias sociais.



Audiências públicas

Subsidia a coleta de informações e opinião pública sobre determinados assuntos a exemplo das audiências promovidas para a revisão do Plano das Bacias PCJ.

Engajamentos em 2022

Em 2022, foram promovidas diversas ações de engajamento com os *stakeholders*, com destaque para o lançamento do projeto PCJ Virtual (GRI 2-29).

O PCJ Virtual é um dos projetos de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ que, conta com o apoio da Sanasa Campinas. Com objetivo de promover a sensibilização sobre a importância da conservação em torno da proteção dos mananciais, o projeto foi apresentado na 37ª Festa das Nações de Piracicaba, entre os dias 18 e 22 de maio de 2022.

Os participantes tiveram a oportunidade de realizar uma descida virtual de bote pelos principais pontos das Bacias PCJ (PCJ Virtual), por meio de óculos de realidade virtual.



Redes sociais

Plataformas virtuais como as redes sociais são cada vez mais utilizadas para a divulgação de informações e interação com os públicos: posts no Facebook e Instagram, veiculação de vídeos no Youtube, participação em webinários, mesas redondas, programas de rádio, entre outras frentes de ação.

O site da Agência das Bacias PCJ também representa uma plataforma de relacionamento, onde são divulgadas, entre outras, informações em atendimento à legislação, contemplando as atividades da entidade relacionadas a exigências de órgãos reguladores.

Instagram

1.682
seguidores

crescimento de 18,53%
em relação a 2021;

2.5
milhões de impressões*

totais e alcance de 1,5 milhão
de pessoas em 2022.

Facebook

79.1
mil pessoas engajadas,

crescimento de 4,85%
em relação a 2021;

2.6
milhões de impressões*

totais e alcance de 1,9 milhões
de pessoas em 2022.

* Número de vezes em que o conteúdo foi exibido.

Políticas públicas

Construídas e implementadas a muitas mãos

O modelo de gestão de recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, adotado após a Constituição Federal de 1988 e após as constituições estaduais no ano seguinte, permitiu a participação de vários atores na gestão das águas de bacias hidrográficas. A Lei 7.663/91, no Estado de São Paulo, e a Lei 9.433/97, no âmbito federal, representam a concretização desses marcos constitucionais.

Por meio de colegiados como os Comitês PCJ, a comunidade, representada por diversos segmentos do uso da água, passou a opinar e contribuir nas pactuações e tomadas de decisão visando à garantia da água em qualidade e quantidade para todos (GRI 3-3).

Adaptação às particularidades do território

Para a diretora Técnica do Departamento de Planejamento e Gerenciamento (DPG) da SEMIL, Iara Bueno Giacomini (ver depoimento a seguir), aplicar na prática os instrumentos de gestão de recursos hídricos representa um grande desafio, considerando o contexto em que está inserida a gestão das águas e, em decorrência das especificidades das bacias, não há meios de a legislação propor um protocolo contendo o passo a passo para a implementação de cada instrumento.

Ela observa que é imprescindível o conhecimento sobre a bacia hidrográfica, na teoria tecno-científica e na vivência do dia a dia, para moldar e lapidar a implementação e execução dos instrumentos de gestão de maneira adequada às características, ao momento e às problemáticas da região.

E menciona os Comitês PCJ como um ótimo estudo de caso sobre como o colegiado adaptou às exigências legais relacionadas a água, ao contexto da sua realidade hídrica. Os arranjos e negociações utilizados para os resultados obtidos ao longo de 30 anos de existência, na opinião da especialista, são vitrine das ações realizadas e dos resultados obtidos, a partir da qual é possível tirar inspiração para elaborar novas maneiras de pensar e de implementar (ou aprimorar a implementação) dos instrumentos em outros contextos.

Na prática

- A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um exemplo no desenho de políticas públicas, implementada mediante decisão de um colegiado como o Comitê de Bacia Hidrográfica;
- Parte importante da relação da Agência das Bacias PCJ com as políticas de recursos hídricos é a de operacionalizar iniciativas voltadas ao planejamento para os municípios da região e fomentar discussões importantes para o setor, como o combate às perdas e remoção de cargas poluidoras;
- A consolidada Política de Mananciais PCJ é um exemplo de direcionamento para que os municípios se estruturarem para selecionar microbacias prioritárias para os investimentos. O Plano das Bacias PCJ seleciona algumas destas microbacias onde serão trabalhadas as ações ambientais. Estabelecer políticas públicas, portanto, é fundamental para o atingimento das metas do plano de bacias.



O olhar do stakeholder

Discorrendo sobre a gestão ou a segurança hídrica como uma equação de muitos termos, alguns impostos pela natureza e outros elaborados pela humanidade, a diretora Técnica do Departamento de Planejamento e Gerenciamento (DPG) da SEMIL, **Iara Bueno Giacomini**, aponta que é função dos gestores hídricos balancearem essa equação, de forma que ela resulte em água, em quantidade e qualidade, para essa e as futuras gerações. Por meio do histórico dos Comitês PCJ, segundo ela, é possível observar como essa equação, que reflete o contexto local das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, vem sendo ajustada e balanceada nos últimos 30 anos e, a partir dessa experiência, ter mais conhecimento e sensibilidade para balancear outras equações em outros contextos.

"E se muito vale o já feito, mas vale o que será (Milton Nascimento). Em tempos de incertezas climáticas e vulnerabilidade dos sistemas hídricos, o aprimoramento dos instrumentos de gestão é imprescindível e urgente para que a gestão integrada de recursos hídricos ocorra de forma sistêmica e efetiva, sendo capaz de prevenir e gerenciar situações de crises e emergências hídricas e dos conflitos que emergem dessas. Que nos inspiremos na experiência do PCJ para construir outros legados que melhorem, modernizem e fortaleçam a gestão das águas paulistas e brasileiras."

Iara Giacomini

Um novo olhar sobre a Política de Educação Ambiental

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ promoveu, em setembro de 2022, um webinar e uma oficina com o tema “Um novo olhar sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ”. O objetivo destes e outros encontros foi garantir que o processo de revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ seja o mais participativo e inclusivo possível.

Os encontros contaram com ampla contribuição de jovens, adultos, educadores, estudantes, técnicos, produtores rurais, representantes de empresas, prefeituras, escolas, ONGs, associações civis, COMDEMA, Comissões de Educação Ambiental, membros das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, dentre outros setores da sociedade, de forma a aproximar as ações de educação ambiental dos Comitês PCJ com a comunidade.

A partir das provocações, trocas de experiências, e conhecimentos adquiridos durante os eventos realizados, os participantes foram divididos em grupos, para pensar propostas de programas e meios de implementação das ações prioritárias do Plano das Bacias PCJ 2020/2035 no tocante à Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.

Visando obter um processo criativo baseado em diálogos entre os participantes a metodologia utilizada foi a do world café que proporcionou o aproveitamento da diversidade de pensamentos, conhecimentos e pontos de vistas. Num total de oito grupos, cada grupo contou com a presença de um relator/facilitador e com a alternância dos participantes de forma aleatória, em duas rodadas de 40 minutos cada para discussões e debates sobre os aspectos da atual Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.

Com o término das rodadas os relatores/facilitadores relataram o que foi discutido em cada grupo, o que possibilitou esclarecimentos e novas contribuições pelos participantes. Como resultado, foi possível obter dados e informações para a organização de uma versão revisada e ampliada da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. A conclusão dos trabalhos está prevista para 2023.



Saiba mais



Sumário de conteúdo GRI

Declaração de uso		GRI usada
Fundação Agência das Bacias PCJ relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, com base nas Normas GRI.		GRI 1: Fundamentos 2021
Norma GRI	Conteúdo	Localização
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	Informações sobre práticas de relato e outros detalhes da organização, tais como suas atividades, sua governança e suas políticas.	
GRI 3: Temas Materiais 2021	Informações sobre o processo de definição de temas materiais, lista de temas materiais e como gerencia cada tema.	
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2021		
Indicador	Texto correspondente/resposta	Razão para omissão
A organização e suas práticas de relato		
2-1 Detalhes da organização	A Agência das Bacias PCJ	
2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Somente a Agência das Bacias PCJ (não possui filiais).	
2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	"Publicação anual, referente ao período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, coincidente com o relato financeiro. Ponto de contato: Comissão de Acompanhamento GRI 2022, com ponto focal - Bióloga! Kátia Rossi Gotardi Piccin Coordenadora de Gestão! katia.gotardi@agencia.baciaspcj.org.br . Instâncias de prestação de contas	
2-4 Reformulações de informações	Não houve.	
2-5 Verificação externa	Não há verificação externa.	
Atividades e trabalhadores		
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	A Agência das Bacias PCJ Gestão de fornecedores	
2-7 Empregados	O valor do capital humano	
2-8 Trabalhadores que não são empregados	"Todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ têm as seguintes relações com a entidade: 1) funcionários (concursados e de livre provimento) são contratados por meio do regime CLT; 2) terceirizados, por meio de contrato de prestação de serviços com empresas (gerenciadoras) para o qual também exige-se a contratação por meio do regime CLT, contrato de trabalho, contrato social etc; e 3) estagiários por meio do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)."	
Governança		
2-9 Estrutura de governança e sua composição	Estrutura de governança e tomada de decisões	
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Formação e atribuições dos órgãos	
2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	Em função da natureza jurídica da entidade, não há executivos na estrutura de governança.	
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Instâncias de prestação de contas	
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Processos de gestão de impactos estão atrelados à implementação de Gestão de Riscos na Agência das Bacias PCJ.	
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Materialidade	
2-15 Conflitos de interesse	Não há processos para averiguar com antecedência as informações apresentadas em reuniões ordinárias dos Conselhos.	

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2021		
Indicador	Texto correspondente/resposta	Razão para omissão
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	Quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias dos Comitês PCJ.	
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Relatório GRI é o documento de fonte.	
2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Não há processo de avaliação implementado.	
2-19 Políticas de remuneração	Conforme Estatuto da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
2-20 Processo para determinação da remuneração	Conforme Estatuto da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
2-21 Proporção da remuneração total anual	Conforme Estatuto da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
Estratégia, políticas e práticas		
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Mensagem da Agência das Bacias PCJ Mensagem dos Comitês PCJ	
2-23 Compromissos de política	Geração de valor	
2-24 Incorporação de compromissos de política	Geração de valor	
2-25 Processos para reparar impactos negativos	Plano de gestão socioambiental Gestão dos recursos hídricos	
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Estrutura de governança e tomada de decisões Compromisso com a ética	
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Em 2022, não houve multas, sanções e casos significativos de não conformidade.	
2-28 Participação em associações	A Agência das Bacias PCJ é membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que congrega pessoas físicas e jurídicas em ações para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário.	
Engajamento de stakeholders		
2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders	Todos podem participar Engajamentos em 2022	
2-30 Acordos de negociação coletiva	100% dos empregados são cobertos por acordos de negociação coletiva.	
GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2021		
Indicador	Texto correspondente/resposta	Razão para omissão
Conteúdos sobre temas materiais		
3-1 Processo de definição de temas materiais	Materialidade	
3-2 Lista de temas materiais	Materialidade	
3-3 Gestão dos temas materiais	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos Investimentos que geram desenvolvimento Gestão de fornecedores Compromisso com a ética Uma nova maneira de pensar e agir A importância do monitoramento Conservação e proteção de mananciais O valor do capital humano Todos podem participar Construídas e implementadas a muitas mãos	

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
Indicador	Texto correspondente/resposta	Razão para omissão
GRI 201: Desempenho Econômico 2016		
201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído	Desempenho econômico em 2022	
201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Mudanças climáticas	
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		
203-1: Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Investimentos	
GRI 204: Práticas de Compra 2016		
204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais	Valores estimados x valores contratados em processos licitatórios realizados em 2022	
GRI 205: Combate à Corrupção 2016		
205-2: Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos sobre anticorrupção	Compromisso com a ética	
GRI 301: Materiais 2016	Uma nova maneira de pensar e agir	
GRI 303: Água e Efluentes 2016	A importância do monitoramento	
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-3: Habitats protegidos ou restaurados	Conservação e proteção de mananciais	
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Critérios socioambientais de contratação	
GRI 401: Emprego 2016		
401-1: Novas contratações de colaboradores e turnover	Rotatividade	
401-2: Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Pacote de benefícios	
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
404-1: Número médio de horas de treinamento por ano por empregado	Mais de 3.700 horas dedicadas à capacitação	
GRI 413: Comunidades Locais 2016	Todos podem participar	
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
414-1: Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	Critérios socioambientais de contratação	
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
415-1: Contribuições políticas	A Agência das Bacias PCJ não apoia organizações ou partidos referentes a causas políticas.	

Resumo interativo

Guia para acesso das informações, exercício 2022, com base no ANEXO II – ESTRUTURA GERAL DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA ENTIDADE! DELEGATÁRIA – Resolução ANA nº 125/2022, que estabelece procedimentos e rotinas para avaliação da prestação de contas anual dos contratos de gestão! celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias com funções de Agências de Água.

<i>Elementos pré-textuais e apresentação</i>	<i>Apresentação</i>
Visão geral	Mensagem da Agência das Bacias PCJ
	Mensagem dos Comitês PCJ
	Quem somos?
	Onde estamos?
	O que fazemos?
Planejamento organizacional e resultados execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP PCJ) e outros	Materiais
	Práticas de compras
	Desempenho econômico
	Impactos econômicos indiretos
	Água, efluente e resíduos
Governança, gestão de riscos e controles internos	Governança corporativa
	Sustentabilidade corporativa
Áreas especiais da gestão	Gestão e estratégia
Relacionamento com a sociedade	Comunidades Locais
Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	Desempenho econômico
	Impactos econômicos indiretos
Outras informações relevantes da gestão	Ética e integridade

